

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Letícia Bortolotto Flores

**MAPEANDO REDES, DIVERSIFICANDO OLHARES: CONSTRUÇÕES
E PERSPECTIVAS SOBRE A REDE DE ENFRENTAMENTO À
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM SANTA MARIA**

Santa Maria, RS, Brasil.

2019

Leticia Bortolotto Flores

**MAPEANDO REDES, DIVERSIFICANDO OLHARES: CONSTRUÇÕES E
PERSPECTIVAS SOBRE A REDE DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER EM SANTA MARIA**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), como requisito para a obtenção do título de **Mestra em Psicologia.**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Samara Silva dos Santos

Santa Maria, RS, Brasil.

2019

Leticia Bortolotto Flores

**MAPEANDO REDES, DIVERSIFICANDO OLHARES: CONSTRUÇÕES E
PERSPECTIVAS SOBRE A REDE DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER EM SANTA MARIA**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), como requisito para a obtenção do título de **Mestra em Psicologia**.

Aprovada em 27 de março de 2019:

Profa. Dra. Samara Silva dos Santos
(Presidenta/Orientadora)

Profa. Dra. Ilana Lemos Paiva

Profa. Dra. Isabel Maria Farias Fernandes

Santa Maria, RS, Brasil.

2019

AGRADECIMENTOS

Este trabalho representa a conclusão de um período que se configurou uma etapa especial de amadurecimento pessoal e profissional, significado em um intenso processo de descobertas e de afetos. A conclusão deste ciclo, e a construção deste trabalho, não teria se dado sem o apoio, compreensão e dedicação de várias pessoas.

Agradeço às participantes desta pesquisa, pela partilha das informações, abertura e dedicação para com a temática abordada.

Agradeço à minha orientadora, Samara, pelas oportunidades e, principalmente, pela confiança, acolhimento e suporte em cada novo processo ou nova ideia mensurada.

Às minhas alunas e companheiras Cláudia, Franciele, Luana, Ana e Bia, por me ceder a confiança na partilha dos ensinamentos e por sempre me instigar ao constante aprendizado.

À Duda, pelo estímulo e pelos anos de amizade.

À Amanda e à Tainara, por se tornarem meus presentes da pós-graduação.

Ao Rafa, pela presença, pelo carinho e pela compreensão.

À Theodora, minha incansável companheira.

Ao FIPE e à CAPES, pelo investimento na pesquisa.

Ao PROCAD pela abertura de novos caminhos.

Enfim, agradeço a todas oportunidades, e a todos que, de alguma forma, puderam contribuir para o desenvolvimento e conclusão deste processo.

RESUMO

MAPEANDO REDES, DIVERSIFICANDO OLHARES: CONSTRUÇÕES E PERSPECTIVAS SOBRE A REDE DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM SANTA MARIA

AUTORA: Letícia Bortolotto Flores

ORIENTADORA: Samara Silva dos Santos

A violência contra as mulheres possui um caráter multidimensional e multideterminado, dessa forma, a atenção voltada para as mulheres em situação de violência deve dar conta dessa complexidade, por meio de uma Rede articulada e representativa das necessidades das mulheres. Embora os documentos que embasam o trabalho em rede sejam estruturados a partir das diretrizes da transversalidade e da intersetorialidade, a atenção prestada às mulheres não parece ocorrer conforme previsto. Neste sentido, a proposta desta pesquisa teve como objetivo analisar quais são e como funcionam as estratégias vinculadas à Rede de Enfrentamento à Violência Contra Mulher no município de Santa Maria/RS, buscando mapear as estratégias e compreender os fatores condicionantes para o desenvolvimento das ações. A coleta de dados foi desenvolvida por meio da amostragem em Bola de Neve - *Snow Ball*, permitindo que os participantes fizessem indicações a partir de seus contatos mais próximos para dar continuidade à coleta. Além disso, foram utilizadas anotações em Diário de Campo. A escolha para semente do estudo foi a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) do município. Totalizaram-se 11 entrevistas, que foram coletadas com roteiro semiestruturado, tendo como participantes atores pertencentes à serviços especializados e não especializados que compõem a Rede de Atendimento à Violência contra a Mulher, além de atores envolvidos com demais estratégias de enfrentamento. A análise de conteúdo utilizou categorias *a priori*, elencadas com base em documentos e cartilhas referentes às políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres do Ministério Público, e *a posteriori* com construídas a partir do exame dos conteúdos das entrevistas. A apresentação dos resultados e discussão a respeito dos dados foi constituída em dois artigos. Os principais resultados convergiram para a falta de financiamento e desestruturação da rede no município. Na prática, a perspectiva de trabalho em redes vai se construindo informalmente a partir de contatos entre diversos atores que compõem as frentes de Atendimento e Enfrentamento da política. A redução de investimento e a não existência de serviços que possuem importante papel de articulação, como um Centro de Referência, direciona o pouco engajamento do Estado com as estratégias de enfrentamento, resultando uma atenção isolada e fragmentada, conforme a cultura política dominante. Dessa forma, as conclusões demonstram o alarmante processo de despolíticação das políticas públicas de gênero, que retiram a responsabilização do Estado para com a questão social e gera um distanciamento dos ideais de consolidação da democracia e de legitimação do Estado.

Palavras-Chave: Colaboração Intersetorial; Gênero; Políticas de Gênero; Políticas Públicas; Violência Contra a Mulher.

ABSTRACT

MAPPING NETWORKS, DIVERSIFYING VIEWS: CONSTRUCTIONS AND PERSPECTIVES ON THE COMBAT AND ASSISTANCE NETWORK OF VIOLENCE AGAINST WOMEN IN SANTA MARIA

AUTHOR: Letícia Bortolotto Flores

ADVISOR: Samara Silva dos Santos

Violence against women is multidimensional and multidetermined, so attention to women in situations of violence must account for this complexity through an articulated network that represents women's needs. Although the documents that support networking are structured from the guidelines of transversality and intersectoriality, the attention given to women does not seem to occur as planned. In this sense, the purpose of this research was to analyze which are and how are the strategies linked to the Combat Network of Violence Against Women in the city of Santa Maria/RS mapping the strategies and understanding the conditioning factors for the development of actions. Data collection was developed through Snow Ball sampling method, allowing the participants to make indications from their closest contacts to continue the collection. In addition, notes were used in Field Diary. The seed choice of the study was the Specialized Police for Assistance to Women (DEAM) of Santa Maria. Eleven semi-structured interviews were completed, with participants from specialized and non-specialized services that make up the Combat and Assistance Network for Violence against Women, as well as actors involved with other coping strategies. The analysis of content listed categories *a priori*, based on documents and booklets related to the combat policies of violence against women in the Public Prosecutor's Office, and *a posteriori* with constructed from the examination of the contents of the interviews. The presentation of the results and discussion about the data was constituted in two articles. The main results converged to the lack of financing and the not structuring of the network. In practice, the perspective of working in networks is being built informally from contacts between several actors that make up the fronts of Attendance and Confrontation of politics. The reduction of investment and the nonexistence of services that have an important role of articulation, such as a Women's Reference Center, directs the State's low engagement with coping strategies, resulting in isolated and fragmented attention, according to the dominant political culture. In this way, the conclusions demonstrate the alarming process of depoliticization of gender policies, which remove the State's responsibility towards the social question and generate a distancing from the ideals of consolidation of democracy and legitimation of the State.

Keywords: Intersectoral Collaboration; Gender; Gender Policies; Public Policies; Violence Against Women.

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro da Entrevista Semiestruturada

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Carta de Aprovação do Projeto

Anexo B – Termo de Apoio a Pesquisa CEIP

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipificações de Violências.

Quadro 2 – Levantamento sobre Políticas para as Mulheres.

Quadro 3 – Categorização de Serviços.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Bola de Neve.

ARTIGO 1

Figura 1- Fluxograma do mapeamento.

LISTA DE ABREVIATURAS

CEDAW - Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres.

CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

DEAM - Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.

PNPM - Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

SPM/RS - Secretaria de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul.

SPM-PR - Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

SUMÁRIO

1 LINHA DE PESQUISA	8
2 INTRODUÇÃO	9
2.1 PROBLEMA DE PESQUISA	13
2.2 OBJETIVOS	13
2.2.1 Objetivo geral	13
2.2.2 Objetivos específicos	13
3 REVISÃO DE LITERATURA.....	14
3.1 O HISTÓRICO DA VIOLÊNCIA: OS CAMINHOS PERCORRIDOS NA OBTENÇÃO DE DIREITOS E CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS	14
3.2 RELAÇÕES SOCIAIS E VIOLÊNCIA: GÊNERO COMO FERRAMENTA CRÍTICA	19
3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS, TRANSVERSALIDADE E INTERSETORIALIDADE	23
4 PERCURSO METODOLÓGICO	28
4.1 CONTEXTO E DESENHO DO ESTUDO	29
4.2 PARTICIPANTES E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE INFORMAÇÃO	32
4.2.1 Ilustração: Esquema de indicação da(os) participantes	34
4.3 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE INFORMAÇÕES	35
4.4 PROCEDIMENTOS ÉTICOS.....	38
5. ARTIGO 1 - CONSTRUINDO "TEIAS": FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM SANTA MARIA.	39
6. ARTIGO 2 - "SE O ESTADO NÃO PROTEGEU ANTES DA VIOLÊNCIA, ELE TEM QUE PROTEGER DEPOIS": DIFICULDADES E ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	59
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....	87
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	88
ANEXO A - CARTA DE APROVAÇÃO DO PROJETO NO COMITÊ DE ÉTICA.....	90
ANEXO B – TERMO DE APOIO A PESQUISA CEIP.....	94

1 LINHA DE PESQUISA

Este trabalho se insere na linha de pesquisa Saúde, Desenvolvimento e Contextos Sociais do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria. Essa linha tem como objetivo investigar questões de saúde em diferentes processos de desenvolvimento, considerando os diferentes contextos socioculturais. São abordados alcances, impasses e limitações das diferentes teorias e práticas no campo da Psicologia e da Saúde. As pesquisas se concentram na investigação das situações de desenvolvimento e problemas afins, considerando os aspectos de promoção e prevenção em saúde, enfocando os diferentes contextos e períodos do desenvolvimento humano.

Nesta pesquisa, é dada ênfase para as questões de saúde, assim como a reflexão acerca dos contextos socioculturais envolvendo a Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher no município de Santa Maria. Aponta-se, de maneira mais específica, para o mapeamento da rede e a compreensão de sua constituição e articulação.

2 INTRODUÇÃO

A análise de uma temática como a violência exige da pessoa que pesquisa uma postura crítica sobre cenários que permeiam seu acontecimento, sendo necessário analisá-la a partir de suas múltiplas faces, dinâmicas e contextos nos quais ela se manifesta (KONDER, 2017). A violência não possui como causa fatores isolados, e sua incidência não se dá ao acaso, por isso, configura-se como um fenômeno multidimensional e multideterminado, apresentando uma dinâmica complexa, diversificada, concreta e material (KERGOAT, 2010; SILVA, 2012).

As raízes históricas da cultura patriarcal são reconhecidas como principais responsáveis pelos índices de violência de gênero na nossa sociedade. Não por acaso que o Brasil encontra-se como o 5º colocado no ranking de países mais violentos para as mulheres (WAISELFISZ, 2015), e as altas taxas de feminicídio fazem com que a Federação corra risco de nova advertência internacional (a primeira condenação relativa a denúncia internacional contra a omissão, negligência e tolerância em relação a crimes contra os direitos humanos das mulheres, gerou Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha). O estado do Rio Grande do Sul ocupa o 24º lugar no *ranking* de homicídios de mulheres por unidade da Federação e, embora este dado não pareça tão alarmante, considerando os 26 estados, o número de casos de feminicídios em solo gaúcho aumentou 84% entre 2006 e 2016 (CERQUEIRA *et al*, 2018; IPEA, 2016). Essa naturalização do comportamento agressivo contra as mulheres indica a persistência de um modelo masculino dominante (BOURDIEU, 2018), o que torna a violência de gênero, atualmente, um grave problema Estatal que exige medidas de resolutividade proveniente do setor público.

O conceito de violência contra as mulheres é amplo e aborda diferentes formas de violência. As definições adotadas pelo Pacto Nacional de Enfrentamento (BRASIL, 2007; BRASIL, 2011), fundamentam-se na definição da Convenção de Belém do Pará (1994), segundo a qual a violência contra a mulher constitui “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado (artigo 1º)” (OEA, 1994; BRASIL, 2011). As tipificações da violência elencadas pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (BRASIL, 2011a) encontram-se listadas no quadro a seguir:

Quadro 1 – Tipificações de Violências

Quadro 1 – Tipificações de Violências

(continua)

Violência Psicológica	Conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima da mulher ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;
Violência Moral	Qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria;
Violência Sexual	Ação que obriga uma pessoa a manter contato sexual, físico ou verbal, ou participar de outras relações sexuais com uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule o limite da vontade pessoal;
Violência Física	Qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher;
Violência Doméstica	Qualquer ação ou omissão baseada no gênero no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família ou em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (Amparada pela Lei 11.340/06);
Violência Patrimonial	Conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos;
Violência Institucional	Ação e/ou omissão, nas instituições prestadoras de serviços públicos, gerando revitimização;
Assédio Sexual	Abordagem, não desejada pelo outro, com intenção sexual ou insistência inoportuna de alguém em posição privilegiada que usa dessa vantagem para obter favores sexuais de subalternos ou dependentes;

Quadro 1 – Tipificações de Violências

(conclusão)

Assédio Moral	Conduta abusiva (gesto, palavra, escritos, comportamento, atitude, etc.) que, intencional e frequentemente, fira a dignidade e a integridade física ou psíquica de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho;
----------------------	---

Fonte (BRASIL, 2011a).

A Política cita, ainda, o Tráfico de Mulheres, a Exploração Sexual de Mulheres, Exploração sexual comercial de mulheres, adolescentes/jovens e cárcere privado (BRASIL, 2011a). Em 2017, ao lançar campanha pela humanização do parto normal, o governo passou a incluir a violência obstétrica entre os tipos de denúncias recebidas pelo Ligue 180. Para esta análise, corrobora-se com pontos abordados por Faleiros e Faleiros (2001). Os autores apontam que, no contexto da violência de gênero, a violência simbólica e estrutural ratifica a ordem social do patriarcado, tendo como base a manutenção da ordem masculina, sem que esta necessite de justificação/legitimação (BOURDIEU, 2018; SAFFIOTI, 2001). Enfatizam, ainda, que as diferentes formas podem se mostrar de maneira acumulativa. A violência sexual, por exemplo, é também violência física e psicológica e a violência simbólica estimula todas as formas de violência (FALEIROS; FALEIROS, 2001; SAFFIOTI, 2015).

Buscando uma forma de tratar da totalidade do problema, o Governo Federal, em 2011 elabora uma série de documentos que estabelecem diretrizes sobre estratégias de ação, enfrentamento e atendimento (BRASIL, 2011; 2011a; 2011b). A intersectorialidade e a atenção em redes são as marcas fundamentais das estratégias propostas pelos programas de atenção, visando ao desenvolvimento de uma lógica de gestão que toma como base a articulação/soma/síntese de setores (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde), e a superação da cultura de fragmentação ao tratar da violência (BRASIL, 2011b; PEREIRA, 2008). Na gestão pública brasileira, a intersectorialidade também é utilizada para o enfrentamento à violência de gênero e às mulheres, fortalecida com a implementação da Lei nº 11.340/2006 - Maria da Penha. No caso do Estado do Rio Grande do Sul, houve a implementação da Rede Lilás pela Secretaria de Políticas para as Mulheres-SPM/RS em 2013, constituindo-se em um conjunto de políticas de base transversal (CONTERATTO; MARTINS; LEAL, 2017).

A criação da Rede de enfrentamento à Violência contra as Mulheres (BRASIL, 2011b), apresenta-se como documento oficial para fundamentar a atuação articulada entre

instituições e serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento e a construção da autonomia das mulheres, os seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência. Ainda, sua atuação pode ser dividida em duas frentes, a de Enfrentamento, que conta com a fiscalização e formulação, e a de Atendimento, que se direciona para a aplicação. Nesse sentido, segue a definição de rede elaborada por Faleiros e Faleiros (2001), pressupondo uma relação de ações em que a perspectiva da totalidade predomine sobre a da fragmentação. Parte da articulação de atores/organizações-forças existentes no território para uma ação conjunta multidimensional com responsabilidade compartilhada (parcerias) e negociada. Redes se baseiam em processos dinâmicos, em que se cruzam (como numa rede) organizações do Estado e da sociedade. A rede, dessa forma, deve se constituir em uma aliança de atores/forças, num bloco de ação, ao mesmo tempo, político e operacional.

Os últimos dados apresentados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em relação a Rede de Atendimento no Brasil apontou para a existência, em território nacional, de 928 serviços especializados, sendo 470 as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), além de 160 núcleos especializados dentro de outras delegacias. São 187 Centros de Referência Especializados (atenção social, psicológica e para orientação jurídica), 72 Casas de Abrigo, 57 núcleos de Defensoria Pública voltados para a mulher, e 48 Promotorias especializadas para com a tutela de vítimas e enfrentamento da violência doméstica (BRASIL, 2011b).

Levantamentos a respeito dos serviços atualmente disponíveis no município não são disponibilizados, de modo que o acesso a estas informações não foi viável durante o período de tempo destinado a construção teórica deste trabalho. Desta forma, uma das possibilidades para este levantamento foi através de plataformas *online* de busca e categorização. Até meados de 2017, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) dispunha de uma ferramenta *online* para levantamento de dados a respeito dos serviços pertencentes a Rede de Enfrentamento e de Atendimento. Os dados podiam ser coletados na página da SPM na *internet* (www.spm.gov.br), que disponibilizava o cadastro de inclusão de serviços que eram inaugurados e a atualização de informações dos serviços que já constam na listagem de dados apresentados no *site*. No mês de agosto de 2017, foi realizado o acesso à página para o levantamento a respeito dos dados do município de Santa Maria. Na época, foi possível encontrar dois serviços ativos pertencentes a Rede, que se categorizavam como Serviços Especializados de Atendimento à Mulher, sendo eles a Casa de Passagem

Mulheres Vítimas de Violência Aconchego - Santa Maria, que consta como Serviço de Abrigamento, e a Delegacia de Polícia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) - Santa Maria. Entretanto, em consulta realizada em agosto de 2018, estes dados não se encontravam mais disponíveis. Isto se deve à problemática governamental na qual, em consequência de uma reforma ministerial que ocorreu em 2015, a SPM-PR perde seu status de ministério. Em nível estadual, a extinção da SPM-RS foi uma das primeiras medidas tomadas pelo governador eleito em 2014, José Ivo Sartori - Lei n.º 14.672 de 1.º de janeiro de 2015, para fins de corte de gastos. Com a redução e/ou extinção da secretaria, a página saiu do ar, impossibilitando o acesso aos dados.

Tendo em vista a dificuldade no acesso de informações oficiais, foi feita uma tentativa de visualizar como se constitui a atual configuração da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher no município de Santa Maria, assim como compreender quais as ligações constituídas pelas atoras que a compõem. Dessa forma, busca-se analisar quais as principais potencialidades e fragilidades dessa política, visualizando de que forma as mulheres vítimas de violência recebem acolhimento e amparo nos serviços ofertados na cidade.

2.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Quais são e como funcionam as estratégias constituintes da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres no município de Santa Maria?

2.2 OBJETIVOS

2.2.1 Objetivo geral

Analisar as estratégias desenvolvidas na Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres no município de Santa Maria.

2.2.2 Objetivos específicos

Mapear estratégias e serviços que pertencem à Rede de Enfrentamento.

Descrever a atuação dos profissionais.

Identificar orientações, encaminhamentos e ações executadas para/com as mulheres.

Caracterizar ações de articulação socioassistenciais ou intersetoriais promovidas.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 O HISTÓRICO DA VIOLÊNCIA: OS CAMINHOS PERCORRIDOS NA OBTENÇÃO DE DIREITOS E CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS

A violência contra as mulheres nem sempre foi considerada violência. Contudo, relatos históricos permitem o conhecimento de sua existência desde o período Colonial. Códigos e Legislações operacionados pelo Estado brasileiro contribuíram para a subordinação das mulheres a hierarquias de domínio e poder masculinos (DEL PRIORE, 2013).

Atuante durante 350 anos, a primeira legislação brasileira compreendia as mulheres como seres ‘fracos de entendimento’, submetidas à tutela nos atos civis, e representação legal mediante a figura de seus pais ou maridos, estando as mulheres sujeitas ao poder disciplinar dos tutores. Além disso, no livro referente à área criminal constava que seriam isentos de pena aqueles que ferissem as mulheres com pau ou pedra, bem como aqueles que castigassem suas mulheres, desde que moderadamente. Os homens tinham também o direito de matar suas mulheres quando estas fossem encontradas em adultério (Livro V, Título XXXVIII), sendo desnecessária prova austera, bastava que houvesse rumores públicos (DEL PRIORE, 2013). Essa violência era ainda maior com mulheres negras, fato que ainda se perpetua nos dias atuais (WAISELFISZ, 2015).

Com a implantação do Código Criminal de 1830, algumas dessas normas foram afastadas, entre elas, as que autorizavam castigo e morte de mulheres por adultério. Ainda assim, o adultério constituía-se por crime em qualquer circunstância quando cometido pela mulher casada, mas, para o homem ser condenado pelo mesmo crime, o relacionamento adúlterino deveria ser estável e público (ILB, 2017). O modelo de família patriarcal, que legitima o homem como chefe de família e delega a ele poder disciplinar sobre mulher e filhos, persiste desde a época do Brasil Império, no século XIX, até meados do século XX. A valorização da estrutura de sociedade baseada na moral e dos bons costumes se mostra como um grande reforçador da submissão da mulher ao ideal patriarcal e a submissão masculina (DEL PRIORE, 2013; MIGUEL; BIROLI, 2014).

O Código Civil de 1916 ainda corrobora as expressões antagônicas na família e a permanência do parecer de incapacidade da mulher (ILB, 2017). O marido era o chefe da sociedade conjugal e a ele eram conferidos os poderes para a representação legal dos membros da família, administração dos bens, fixação de domicílio, autorização para que a mulher pudesse sair para trabalhar, entre outros. Cabe ressaltar que, ainda nessa época, sob

vigência dos códigos Penais de 1890 e posteriormente o Código Penal de 1940, foram criadas figuras jurídicas em defesa dos chamados "crimes de paixão" ou crimes passionais. A legítima defesa da honra, durante um longo período, era acolhida pela justiça para absolver acusados de matar as mulheres (ILB, 2017; SOSA, 2012). Apenas em 1991, essa figura jurídica foi definitivamente afastada por decisão do Superior Tribunal de Justiça.

Os Movimentos de resistência de mulheres permaneceram atuantes durante todos os períodos acima destacados, lutando contra o antagonismo das relações entre homens e mulheres e as desigualdades dele resultantes, em prol de melhores direitos de cidadania e da queda das justificativas sociais e legais para as diversas práticas de opressão e abusos (BARSTED, 1994; MACHADO, 2016). Até então, os maus-tratos e "castigos" infligidos às mulheres não eram entendidos como forma de violência. Em decorrência do desconforto e movimentação que gerado da atuação das feministas, o golpe militar de 1964 mobilizou o desaparecimento de muitas associações de mulheres, que só voltaram a se organizar após 1975 no país. Durante os anos do regime militar, muitas mulheres participaram dos grupos de esquerda de resistência à ditadura, o que fez com que várias brasileiras fossem ao exílio em países latino-americanos ou europeus, a exemplo da França, momento que tiveram contato com o pensamento intelectual do movimento feminista europeu, que se encontrava na chamada segunda onda do feminismo, que será melhor explicado no próximo capítulo (FARAH, 2004; TELLES, 1999).

As demandas trazidas pelos movimentos feministas, no Brasil, só foram ganhar espaço no cenário político, e dos demais países da América Latina, a partir dos anos 1980, quando, concomitante com a redemocratização do país, as problemáticas tomaram mais visibilidade e a violência contra as mulheres passou a fazer parte da agenda pública do país (MACHADO, 2016; SILVA, 2016). Nessa época, os movimentos de mulheres e feministas, que já denunciavam as mortes de mulheres pelos seus maridos/companheiros, sob o slogan "quem ama não mata", colocam em prática estratégias voluntárias de amparo, como exemplo, o SOS Mulher, que ofertava acolhimento, orientação jurídica e psicológica às mulheres que chegavam em busca de apoio. Diferentes autoras, como Tatau Godinho (2000), Virgínia Guzman (1991), Leila Barsted (1994) e Lia Machado (2016), descrevem esse período destacando que o movimento de mulheres de base e o movimento feminista tiveram papel importante na negociação com representantes do Estado no contexto de redemocratização.

A Constituição Federal de 1988, a primeira após o longo período ditatorial, é considerada um grande marco para os direitos das mulheres, por incorporar diversas demandas dos movimentos feministas e de resistência de mulheres ao contexto constitucional

(BRASIL, 1988). Destacam-se, especificamente, os dispositivos que tratam do princípio de igualdade entre homens e mulheres em todos campos da vida social (art. 5º, I) e conjugal (art. 226, § 5º), além da obrigação do Estado em intervir nas relações familiares para coibir a violência e prestar assistência às pessoas envolvidas (art. 226, § 8º).

Em 1994, ocorreu a Convenção de Belém do Pará, trazendo grandes avanços à luta feminista e sua representação política. Essa convenção representa um marco simbólico, teórico e prático à proteção das mulheres, trazendo uma definição formal de violência contra mulher, sendo essa, pela primeira vez, compreendida como violação dos direitos humanos. A Convenção promove avanços para compreensão da violência como um fator de gênero, estabelecendo caminhos para seu enfrentamento a partir das relações entre masculinidades e feminilidades (BARSTED, 1994; SILVA, 2016).

Apesar da própria Constituição Federal afirmar a igualdade de todos, homens e mulheres, perante a lei, é visível a extrema ineficiência do governo ao tratar da violência doméstica contra a mulher, além de existir uma grande limitação das compreensões de gênero nas políticas públicas (BARSTED, 1994; MACHADO, 2016). Frente a esse quadro, e à gravidade das situações de violência, os movimentos sociais de mulheres e feministas intensificou as pressões e cobranças por respostas mais coerentes e eficientes do Estado. A atuação dessas oposições nas militâncias políticas e no campo acadêmico possibilitou o reconhecimento da violência contra a mulher como um problema social, demandando estudos científicos e efetivação de novas políticas públicas (MACHADO, 2016; SILVA, 2016).

A partir de 2003, com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), uma série de ferramentas e propostas em gênero, principalmente no que tange ao enfrentamento à violência contra as mulheres, começaram a ser implementadas, visando, principalmente, um trabalho articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de ações não governamentais (BRASIL, 2011; 2011a; 2011b; 2013). Houve a ampliação das ações, que passaram a incluir a prevenção, a garantia de direitos e a responsabilização dos homens autores de violência, envolvendo profissionais e atores sociais de variadas áreas de atuação, serviços e instituições (SILVA, 2016). Um marco para a proteção da mulher brasileira contra violência foi a promulgação, em 2006, da Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha. Essa Lei foi proposta com o objetivo de criar mecanismos jurídicos para coibir e punir a violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2006). Sua aplicação jurídica substituiu a Lei que estava anteriormente ativa (Lei 9099/95), deixando de tratar da questão da violência contra a mulher como crimes de menor potencial ofensivo.

O quadro a seguir aponta as principais diretrizes criadas para o enfrentamento da violência contra a mulher:

Quadro 2 – Levantamento sobre Políticas para as Mulheres.

(continua)

<p>Plano Nacional de Políticas para as Mulheres I, II e III.</p>	<p>A primeira versão foi elaborada com base na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2004 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). O PNPM possui como objetivo a criação de uma Política Nacional. O PNPM III é resultado da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (3ª CNPM), que ocorreu em dezembro de 2011. Nessa última versão, apresenta maior inserção das temáticas de gênero em diversas frentes do governo. Contribui para o fortalecimento e a institucionalização da Política Nacional para as Mulheres, aprovada a partir de 2004, e referendada em 2007 e em 2011, pelas respectivas conferências. O PNPM é implementado com base na transversalidade horizontal (entre os ministérios) e vertical (níveis estadual, distrital e municipal) cumprindo o paradigma da responsabilidade compartilhada dos três níveis federativos (BRASIL, 2004; 2008; 2013).</p>
<p>Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.</p>	<p>Elaborada pela SPM, abordar os fundamentos conceituais e políticos que orientam a formulação e execução das políticas públicas para a prevenção, combate e enfrentamento à violência contra as mulheres, assim como para a assistência às mulheres em situação de violência. Está estruturada a partir do PNPM, tendo como finalidade estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como de assistência e garantia de direitos às mulheres em situação de violência, conforme normas e instrumentos internacionais de direitos humanos e legislação nacional. Encontra-se em consonância com a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), e com convenções e tratados internacionais ratificados pelo Brasil, como a Declaração Universal dos direitos Humanos, Convenção Belém do Pará (1994) e CEDAW (1981) (BRASIL, 2011a).</p>

Quadro 2 – Levantamento sobre Políticas para as Mulheres.

(conclusão)

<p>Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (I e II).</p>	<p>Sua primeira versão foi elaborada a partir da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (1ª CNPM), ocorrida em 2004. Representa um acordo estabelecido entre os governos Federal, Estaduais e Municipais para consolidar as ações da Política Nacional de Enfrentamento (2011) por meio de políticas integradas. A primeira versão, de 2007, sofre uma releitura em 2011 tentando garantir a aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Para isso, foram agregados novos eixos estruturantes, que direcionam a ampliação e o fortalecimento da rede de serviços para as mulheres em situação de violência, garantia da segurança e acesso à justiça, garantia de direitos sexuais e reprodutivos e garantia da autonomia. Para aderir ao Pacto, as unidades da federação precisam cumprir condições básicas, entre eles, a elaboração de um Projeto Básico Integral de conveniamento de ações entre os governos, uma câmara de gestão e a articulação em rede dos serviços e ações existentes para o atendimento às mulheres e o enfrentamento à violência contra a mulher (BRASIL, 2007; 2011).</p>
<p>Rede de enfrentamento à Violência contra as Mulheres</p>	<p>O conceito de rede de enfrentamento à violência contra as mulheres diz respeito à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento e construção da autonomia das mulheres, os seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência. Portanto, a rede de enfrentamento tem por objetivos efetivar os quatro eixos previstos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – combate, prevenção, assistência e garantia de direitos – e dar conta da complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres (BRASIL, 2011b).</p>

Fonte: (BRASIL, 2004; 2007; 2008; 2011; 2011a; 2011b; 2013).

Todavia, as Políticas de Enfrentamento sofrem diretamente com o reflexo do contexto político e econômico brasileiro. O cenário que marcou o processo de redemocratização do

país, impulsionado pela democratização dos processos decisórios, ampliação do envolvimento de atores no processo das políticas e pela inclusão de novos segmentos da população brasileira entre os seus beneficiários, sofre mudanças a partir da década de 1990. Demarcada pela perspectiva neoliberal, a década de 90 foi orientada por processos de privatização de empresas estatais e pelo recuo e flexibilização do papel do Estado. Dentre as medidas características dessa postura, destacam-se: a abertura comercial para o capital estrangeiro, os processos de privatizações, diminuição do papel do Estado enquanto regulador do mercado de trabalho e da proteção social, além da redução dos gastos públicos (FARAH, 2004; MORENO, 2017; YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010; PEREIRA; TASSIGNY; BIZZARIA, 2017). Em suma, tais políticas potencializam uma desmontagem do serviço público no qual as políticas de enfrentamento estão inseridas, compreendendo processos de desinvestimento e de quebra da máquina Estatal. Diante deste cenário político, em que o papel social do Estado se mostra cada vez mais frágil e desarticulado, a qualidade e quantidade de programas, serviços e projetos são afetados, conseqüentes do redirecionamento dos investimentos públicos (CISNE; GURGEL, 2008; SILVA, 2016). Desta forma, novos desafios estão postos aos movimentos sociais, em especial os movimentos feministas e de mulheres, para a consolidação das políticas já alçadas e para uma maior garantia da cidadania.

3.2 RELAÇÕES SOCIAIS E VIOLÊNCIA: GÊNERO COMO FERRAMENTA CRÍTICA

A análise sobre violência exige a avaliação de sua dinâmica multidimensional e multideterminada, ou seja, é preciso manter a ideia de que sua ocorrência e reprodução não se manifestam de forma aleatória, considerando diferentes contextos, tempos e espaços nos quais ela se manifesta (KERGOAT, 2010). Nesse sentido, sua realidade é observada a partir das constantes transformações resultantes dos movimentos que modificam suas bases, pois, segundo Marx (2013) a realidade não é uma petrificação de movimentos, mas sim uma síntese de múltiplas determinações. Assim como a realidade está em constantes modificações, também estão os conceitos, que dialeticamente são construídos a partir da realidade a qual demanda explicações (KONDER, 2017).

A construção de gênero como teoria de análise é um ponto fundamental para o estudo da violência contra a mulher como expressão da opressão e dominação de um sistema e de suas bases históricas. Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual. A teoria e a prática feminista em torno do conceito buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais homens e mulheres são

socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo (HARAWAY, 2004). O movimento feminista foi responsável pelas elaborações teóricas que formam as bases das diferentes linhas de pensamento que problematizam a situação das mulheres no decorrer da história na busca igualdade e autonomia.

Como forma de explicar didaticamente o caminho teórico percorrido pelo movimento das mulheres pela busca de igualdade e direitos, convencionou-se a divisão em três diferentes “ondas” do feminismo. A primeira onda, que tomou forma na Europa nos anos 1920-1930, é marcada pela luta das mulheres por direitos iguais de cidadania, também representado pela luta pelo sufrágio feminino. A partir dos estudos de Margaret Mead, surge o conceito de papel social, sendo pioneiro ao defender a inexistência de uma base natural para as diferenças entre homens e mulheres, propondo que os traços de caráter são aprendidos socialmente, apresentando diferentes expressões relativos a cultura na qual se inserem. A segunda onda feminista, marcada dos anos 1950-1960, aprofundou a discussão sobre subordinação das mulheres, patriarcado e dominação. Simone de Beauvoir, em seu livro intitulado “O segundo sexo” (BEAUVOIR, 1949), se apropria do conceito de dominação masculina, defendendo que a luta por direitos iguais entre homens e mulheres era insuficiente perante a situação de inferioridade na qual a mulher era colocada, sendo necessário enfrentar os aspectos sociais responsáveis por esta situação: a educação sexista, o casamento e a maternidade. As feministas da segunda onda, ao questionar o caráter natural da subordinação, sustentando a construtividade social dessas características, apontam para uma ideia subjacente de que, se algo é construído, ou seja, não é inato nem fixo, pode ser modificado. Partindo do pressuposto de uma situação unificadora entre as mulheres, a opressão, há o reconhecimento do sujeito político coletivo “as mulheres”, baseado na ideia de que o que une as mulheres ultrapassa o que as difere. O foco dos estudos se direciona para categorias como: mulher, opressão e patriarcado. Este período também é marcado pela difusão do feminismo em diferentes perspectivas teóricas, que utilizavam de explicações diferenciadas no aprofundamento dos fenômenos. Dentre as perspectivas são reconhecidas, principalmente, a liberal, socialista e radical (MIGUEL; BIROLI, 2014; PISCITELLI, 2009).

A definição de patriarcado, elaborada por Piscitelli (2009), busca explicar o conceito que embasa os estudos sobre a dominação masculina. Patriarcado remete ao sistema social no qual a diferença sexual serve como base da opressão e da subordinação da mulher pelo homem. Era utilizado de forma crítica para nomear situações e contextos históricos em que haveria uma hierarquia muito forte baseada na estrutura familiar e no poder paterno. O poder patriarcal diz respeito a capacidade masculina de controlar o corpo da mulher para fins

reprodutivos e sexuais. O uso do termo é controverso dentro da teoria feminista, e estudos mais atuais defendem o uso da expressão “dominação masculina” por compreenderem que “instituições patriarcais foram transformadas, mas a dominação masculina permanece” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.19).

A terceira onda feminista engloba as problematizações e as elaborações de gênero como uma alternativa a utilização de outros conceitos (como o próprio conceito de patriarcado). Gênero começa a ser utilizado em seu caráter político, se relacionando com outras categorias analíticas como raça, classe, sexualidade, territorialidade, geração e nacionalidade, nos quais operam sistemas de poder e de opressão. Os estudos de Gayle Rubin (1975) contribuem com a difusão do conceito. Rubin afirmava que a divisão sexual do trabalho criava gênero, pois, a oposição entre os sexos era construída em torno da necessidade de se existir tarefas masculinas e tarefas femininas. Ela defendia que a divisão do trabalho acentua as divisões naturais entre os sexos, dividindo o sexo em duas categorias excludentes. Dessa forma, direcionava a uma análise marxista dos sistemas de sexo/gênero como produtos da atividade humana que podem ser transformados por meio da luta política (HARAWAY, 2004; PISCITELLI, 2009).

Os estudos de Rubin (1975) se tornaram fonte de embasamento teóricos e críticas no que se refere a estrutura de subordinação e opressão das mulheres. Embora o conceito feminista moderno de gênero não se encontre nos escritos de Marx e Engels, suas obras e práticas ofereceram instrumentos importantes para as teorizações posteriores sobre o conceito, vinculados com as teorias de tradição marxista. O trabalho Young (1981) é um exemplo da abordagem pós-moderna aos escritos materialistas-históricos, trazendo a crítica à divisão de trabalho por gênero como revelador da dinâmica de um único sistema de opressão. A teórica defende que, no chamado patriarcado capitalista, a luta contra a opressão de classe e de gênero deve ser unificada, sendo obrigação de homens e mulheres, embora a organização autônoma das mulheres permanecesse como uma necessidade prática.

Diante dos diversificados caminhos teóricos produzidos, este trabalho adota as definições do feminismo socialista, que propõem a análise das relações sociais a partir da perspectiva de totalidade, que carrega consigo a análise mais ampla dos problemas da mulher na construção de uma unidade dialética entre classe, gênero, raça/etnia, ou ainda, entre patriarcado, racismo e capitalismo. Saffioti (2004) denota a essa compreensão a caracterização de "nó", ou “novelo”, ao considerar as relações estruturais (dominação/exploração) e suas determinações.

Relações sociais de sexo (ou, também chamadas, relações sociais de gênero) têm na violência uma ferramenta de demarcação da dominação, agindo de acordo com as diferentes expressões dos antagonismos, desigualdades e opressões. O sexismo, no qual as violências são ancoradas é reflexo de uma estrutura de poder que prejudica e caracteriza as relações, transformando-as em relações de opressão (CISNE, 2018; QUIRINO, 2015; RABELO, 2015; SAFFIOTI, 2001; 2015). A maior dificuldade em analisar o fenômeno da violência de gênero contra mulheres, segundo Saffioti (2001; 2015), refere-se à constituição da tríade “patriarcado/racismo/capitalismo” como eixos entrecruzados, em que o patriarcado legitima a assimetria das relações de gênero, a subordinação da mulher ao homem, e o racismo permite ao branco determinar o lugar do negro na estrutura social, que é determinada pelo capital. Além disso, o patriarcado e a ordem patriarcal de gênero atravessam (e são atravessados) por instituições, costumes e valores. Dentre estas instituições, destacam-se a religião, a política, o Estado e a família como aquelas que impõem e determinam papéis sociais para os distintos gêneros e reforçam a dominação masculina do patriarcado (CISNE, 2018; NAVARRO-SWAIN, 2017).

O debate sobre a relação do feminismo com o Estado gira em torno da autonomia, princípio ontológico para o feminismo. Nesse sentido, o termo autonomia assume diversas perspectivas que reflexem o nível de envolvimento do feminismo com o contexto social no qual realiza suas ações militantes como movimento de transformação das relações, confrontando-se, portanto, diretamente com o sistema patriarcal-capitalista (CISNE; GURGEL, 2008). Enquanto mulheres são historicamente “amputadas” de seu direito ao uso da razão e exercício do poder, homens são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem, atributos que ajudam a manter o “controle”, previsto na relação dominante/dominado (SAFFIOTI, 2001; 2015). A naturalização dos comportamentos agressivos e a culpabilização das vítimas colaboram para que a violência de gênero não seja compreendida como relevante para uma parcela significativa da população, tornando importante a responsabilização Estatal para lidar com o assunto. Por reconhecer as diferentes opressões vivenciadas pelas mulheres, as reivindicações por respostas imediatas não necessariamente são opostas as perspectivas de emancipação, podendo, inclusive, aprofundar a contradição entre os interesses das mulheres, o papel do Estado e os interesses de classe (CISNE; GURGEL, 2008). Nesse sentido, as ações oriundas do Estado, desde o momento da denúncia até o julgamento, compõem um quadro essencial para que essa violência de gênero, aqui focada na violência contra as mulheres, seja enfrentada e, conseqüentemente, deslegitimada (GUZMÁN, 2000; GODINHO, 2000).

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS, TRANSVERSALIDADE E INTERSETORIALIDADE

A violência é apontada como grave problema público, sendo parte consequente da “questão social”. Diante desta problemática, o Estado é incumbido da articulação de planos de ação e elaboração de diretrizes para seu enfrentamento. A “questão social”, aqui descrita, parte da construção abordada por Yamamoto (2003), composta por problemas políticos, sociais e econômicos enfrentados pela população frente a constituição da sociedade capitalista. Sua manifestação pode ocorrer de diversas formas, sendo a violência um de seus exemplos.

Uma das estratégias do Estado para minimizar as sequelas da “questão social” no interior do modo de produção capitalista é a elaboração de Políticas Públicas (YAMAMOTO, 2003). Nesse sentido, as Políticas Públicas surgem como um sistema de ação, no qual as demandas civis remetidas ao Estado são apresentadas e executadas pelo Governo. O processo decisório que envolve a construção de uma Política Pública predispõe a existência de conflitos de interesse entre os diferentes setores, pois embasa um processo de alocação de recursos, e a construção sobre aquilo que será ou não abordado como ferramenta de resolubilidade é uma parte importante de sua elaboração. Assim, a definição de Políticas Públicas aqui trabalhada será melhor definida por Prá (2002), sendo elas resultado das tensões entre segmentos da sociedade e Estado, elaboradas como um conjunto de procedimentos que buscam transformar as demandas sociais em prioridade política, e em objeto de decisões governamentais. Dessa forma, os direitos sociais são concretizados e garantidos por lei, tendo diferentes atores, provenientes do Estado e da sociedade civil, envolvidos na sua resolução (NEGRÃO, 2004; PRÁ, 2002).

Frente à questão da violência contra as mulheres, as Políticas Públicas vêm sendo cotadas para garantir melhor acesso à população, visando a garantia de acesso e alcance às diversas camadas sociais (BRASIL, 2011; 2011a; 2011b; FALEIROS; RAPOZO, 2011). A Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres utiliza-se do princípio da intersectorialidade para organização de suas ações, ou seja, pressupõe evocar os diferentes setores (saúde, educação, controle social, entre outros) envolvidos com a resolução da problemática e garantir a formulação de ações conjuntas e integradas para enfrentamento da questão. A utilização deste modelo visa a construção de uma relação mais próxima entre o Estado e determinados segmentos da Sociedade Civil, visando que a participação da população seja dada também como um setor. Sendo assim, uma rede intersectorial é a

articulação/soma/síntese/rede de setores (ou até mesmo a própria superação da fragmentação destes) de forma a trabalhar a totalidade do problema social apresentado, contando com a participação do conjunto das organizações governamentais, não governamentais e informais, comunidades, profissionais, serviços, programas sociais, setor privado, bem como as redes setoriais, preconizadas pelas políticas pontuais (BRASIL, 2011; PEREIRA, 2008; MACIEL, 2016).

Entretanto, compreende-se que o princípio da intersetorialidade é englobado por outro conceito ainda mais amplo. Na literatura sobre gestão pública, utiliza-se do conceito de transversalidade associado com a perspectiva de coordenação governamental horizontal e de inovação nos modelos de gestão, em resposta a limites das estruturas hierárquicas verticais tradicionais (SERRA, 2004; BRONZO, 2007). A ideia de gestão transversal se desenvolve principalmente no campo dos estudos organizacionais, mas também atribui aos estudos de gênero a origem do conceito. Embora os conceitos de transversalidade e intersetorialidade sejam frequentemente associados, e até mesmo confundidos, suas semelhanças se dão pelo fato de pressuporem em alguma medida o encontro ou entrecruzamento de diferentes áreas de políticas ou da gestão em torno de problemas comuns. Por esse motivo, os termos são utilizados por gestores e acadêmicos de forma mesclada ou sem limites e diferenciação explícita entre eles, o que torna a discussão conceitual desafiadora (BRONZO, 2007, p.1).

A transversalidade, no contexto das Políticas Públicas para as mulheres, e as problemáticas de gênero a elas interligadas, surge como estratégia para implementação de Políticas Públicas no final dos anos 90. Resultante de processos de mobilização de diversos atores internacionais e nacionais, em especial do movimento feminista, ganha visibilidade a partir da divulgação da sua Plataforma de Ação, em 1995, na IV Conferência Mundial da ONU sobre a Mulher, realizada na China e conhecida como Conferência de Beijing (ONU, 1996). Sua nomeação, a partir do conceito anglo-saxão de *gender mainstreaming* - traduzido ao português como transversalidade - tornou-se uma das principais estratégias a ser adotada por atores engajados com a transformação das instituições, buscando colocar a perspectiva de igualdade de gênero na definição de suas políticas (PAPA; FARAH, 2012).

Viabilizar a incorporação da perspectiva da igualdade e dos direitos das mulheres em diferentes ações previstas no Pacto (BRASIL, 2007; 2011) era o objetivo da utilização da estratégia da transversalidade. Constituída a partir do trabalho intersetorial entre diferentes órgãos governamentais, impulsionados pelo organismo nacional específico de políticas para as mulheres – Secretaria de Políticas Para as Mulheres (SPM-PR) –, a estratégia transversal busca que as políticas setoriais incorporem a perspectiva de gênero em suas etapas de

planejamento, implementação, monitoramento e avaliação. Desta forma, gênero seria incluído como categoria presente setorialmente em todos os ministérios e em todas as áreas. Esta transversalidade tem como fim a garantia da ação integrada e sustentável entre as diversas instâncias governamentais e, conseqüentemente, o aumento da eficácia das políticas públicas, assegurando uma governabilidade mais democrática e inclusiva em relação às mulheres e a garantia de uma melhor resolubilidade para as violências motivadas por questões de gênero (BANDEIRA, 2005; CONTERATTO; MARTINS, 2016).

Contudo, é importante compreender a dinâmica geral do Estado no qual essas políticas estão sendo construídas, principalmente quando discutimos políticas pontuais em relação às mulheres. Diferenciar o papel do Estado e o papel do Governo ajuda a compreender que, mesmo tendo as políticas de Estado uma característica de manutenção e garantia do bem estar social, quem organiza as políticas de Estado, em determinado momento, é um governo determinado, podendo, assim, serem incluídos na aplicação das Políticas Públicas, pontos de vista políticos, sociais e de classe (GODINHO, 2000).

Diferente do que é esperado pelo contexto de avanços internacionais e a busca pela adaptação brasileira às estratégias abordadas, a inclusão dos temas de gênero nas Políticas Públicas está condicionada pelo contexto político global e pelas concepções e valores vigentes (GUZMAN, 2000). A realidade das Políticas Públicas no Brasil, com a adoção das Políticas Neoliberais - que vêm se intensificando desde a década de 90 – direciona para um cenário de flexibilização e recuo do papel do Estado enquanto regulador, além da redução dos gastos públicos (CISNE; GURGEL, 2008; MORENO, 2017; YAMAMOTO E OLIVEIRA, 2010; PEREIRA, TASSIGNY E BIZZARIA, 2017). Os valores advindos do neoliberalismo - individualismo, liberdade de expressão, produção em série, entre outros -, e o próprio contexto econômico neoliberal, colaboram com uma noção de relativismo. No campo das Políticas Públicas essa junção resulta na focalização, pragmatismo, no pensar separado, características que vão de encontro aos ideais da intersectorialidade e transversalidade.

Sendo as Políticas Públicas gestadas pelo Estado no interior da ordem capitalista burguesa, essas sofrem com o impasse de serem mantenedoras do "*status quo*", adquirindo uma função de suavização das tensões sociais, sem visar eliminar as bases de sustentação geradoras do problema (YAMAMOTO, 2003). Conforme destacam Oliveira e Amorim (2012), a “questão social” é única, e, embora os esforços de se prover uma Política que seja adequada ao combate da problemática referida, visando a ação transversal e intersectorial entre as frentes, o ataque às suas conseqüências é feito de forma parcializada e fragmentada. Agindo de acordo com o que diz respeito aos valores neoliberais, suas intervenções são dadas

de forma desarticulada, com políticas pontuais e investimentos distintos em função de circunstâncias específicas. Essa contradição entre as práticas cidadãs e a legitimação de direitos e a economia dominante do capitalismo advém do próprio processo contraditório das relações entre Estado/sociedade/economia (CISNE; GURGEL, 2008; FALEIROS & RAPOZO, 2011).

Neste ponto, são levantados questionamentos a respeito dos limites apresentados pelas estratégias intersetoriais e transversais no contexto político brasileiro, visto que direcionam para a modificação e afetação direta nas bases do sistema capitalista. Ademais, diante do que é abordado pela pesquisadora Silva (2012), na gestão pública brasileira, a estratégia da transversalidade se impõe de maneira muito recente, sendo que os instrumentos para sua viabilização ainda estão sendo criados e testados, em meio a resistências, próprias de culturas organizacionais cristalizadas e dos próprios impasses provenientes do sistema anteriormente descrito. Frente a estas resistências, a relação entre partidarismo e a elaboração das agendas governamentais é de fundamental entendimento, de forma que a adesão do Estado às demandas de gênero e noções de equidade respondem a uma visão política de um Estado que é representado por partes (GODINHO, 2000).

Compreendendo as limitações da aplicação plena da estratégia transversal e seus impasses diante da gestão pública nacional, Papa e Farah (2012) abordam algumas características que podem vir a colaborar para o bom processo de elaboração e implementação das políticas, e contribuição para o bom uso da transversalidade e igualdade de gênero na experiência do governo federal do Brasil. Dentre elas, atenta-se para: a existência de um organismo específico articulador das políticas para as mulheres – existência de uma secretaria especializada (SPM); o trabalho a partir da intersetorialidade – não fragmentação e não individualização das ações; a sensibilização de servidores públicos para a agenda das mulheres por meio de processos de formação – responsabilização com a formação e capacitação de agentes; implementar perspectivas de igualdade nas diretrizes das principais políticas de cada área setorial.

É necessário que o assunto seja tomado como uma prioridade pela agenda governamental, dando sua devida importância e relevância, fato que não é observado diante das prioridades demonstradas pelos Governos atuais. Para além das questões políticas, apontam-se também para as questões estruturais, geradoras das resistências culturais às mudanças nas relações de gênero, que podem ser visualizadas pelos comportamentos relativos à intolerância, conformismo e negação (RABELO, 2015). Frente a dimensão multidimensional da realidade com a qual se relaciona a transversalidade, apreende-se as

relações intra e intergovernamentais exigido pelos desafios da gestão pública atual, sobretudo em relação às políticas sociais e o reconhecimento dos diferentes grupos da sociedade que devem ser atendidos por ela (SILVA, 2011). Ou seja, o trabalho na construção e aplicação de Políticas Públicas se apresenta com uma dinâmica bastante complexa, buscando corresponder os paradigmas da agenda social que lhe deu origem e enfrentando as restrições de um Estado sem experiência, conhecimento, e ainda sem sensibilidade para com a temática (GODINHO, 2000; GUZMAN, 2000).

4 PERCURSO METODOLÓGICO

O caminho traçado para a construção de uma pesquisa é único, partindo do desejo de realizá-la, ao que a torna viável de aplicação. A inquietude gerada por meio de leituras e levantamentos prévios a escolha de um objeto de estudo dão a ele uma delimitação, carregando significados e aprendizados que auxiliam no olhar que será prestado a realidade de pesquisa e dados dela coletados. Nascer mulher em uma sociedade historicamente tomada por estruturas de poder que denotam hierarquias, instiga refletir sobre o que transforma as relações sociais em potencialidades para a existência da violência. Ao falar em violência, é preciso deixar claro que se refere a todas as suas formas, seja agressão física, verbal, psicológica e, ainda, a violência sob a qual todas as mulheres são subordinadas ao nascer em uma estrutura que historicamente oprime, agride, violenta. A construção e vivência desse percurso teórico demonstra que o ato de pesquisar e escrever sobre violências, e com especificidade sobre a violência contra a mulher e de gênero, não se configura em um simples estudo a respeito de um objeto gerador de hipóteses acadêmicas, muito menos um exercício de estilo livre. É um processo que requer um envolvimento emocional, afetivo e um compromisso intelectual particular e político de quem escreve.

Querer saber sobre a atenção psicológica prestada a mulheres vítimas de violência no município de Santa Maria surge como hipótese primária, que foi sendo desconstruída devido dificuldade de se estruturar um campo de coleta que garantisse o acesso a profissionais aos quais poderiam ser contatados. Esta percepção leva a uma hipótese ainda anterior a essa, se existiria, primeiramente, uma rede na qual profissionais pudessem ser efetivamente vinculados. Nesse momento, se estrutura a principal questão que se torna norteadora de todo caminho percorrido desde então: Existe uma Rede de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher no município de Santa Maria? E, se existe, que tipo de pessoas e de profissionais estão a ela ligados? A psicologia faz parte disso? Que tipo de atenção é prestada ao fenômeno violência? Que tipo de direcionamentos são dados a esses profissionais?

O interesse e envolvimento prévio nos ambientes de militância visa a utilização da amostragem em Bola de Neve como forma de responder às perguntas e a própria inquietude que foram geradoras dos questionamentos. A Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher foi a escolha estratégica para semente do estudo, direcionando as demais participantes por meio de indicações que seriam feitas a partir da própria experiência de trabalho relatada. As participantes, ao indicarem demais atores para continuação da coleta, apresentaram envolvimento significativo com a temática e com o próprio desenvolvimento do estudo,

concedendo uma espécie de ‘permissão informal’ para o acesso às informações que seriam apresentadas, gerando uma noção de aproximação entre pesquisadora e participantes. O envolvimento das participantes foi um facilitador do fluxo de coleta, favorável à construção do contato e dos vínculos de pesquisa.

Atentou-se, também, para o fato de que a grande maioria das participantes do estudo foram mulheres (nove mulheres e dois homens), o que faz com que seja dada a devida flexão e adaptação dos termos. Optou-se, também, para a utilização do termo “atoras” para se referir às participantes, como uma alusão a sua função de atuação na Rede de Enfrentamento. Das 14 indicações feitas, apenas 3 não puderam ser contatadas. Os contatos foram, em sua maioria, realizados via telefone, aplicativo de mensagens e, em alguns casos, e-mail. O contato inicial com a semente do estudo (DEAM) foi realizada pessoalmente pela pesquisadora com a delegada local, no qual foi marcada a primeira entrevista. As três indicações que não foram entrevistadas partem, também, da tolerância a limites individuais, ao respeitar a não insistência no envio de mensagens e aguardo por retorno, além da emergência em se dar continuidade a pesquisa e ao fluxo de coleta. A imersão na temática e compreensão das diferentes variáveis que estão conectadas ao fenômeno da violência e os impasses das políticas possibilita refletir sobre a dificuldade de acesso às(aos) possíveis participantes, o que, novamente, demonstra a importância do envolvimento daqueles que foram contatados com as indicações por eles feitas, e a forma como esse envolvimento direcionou e facilitou para que o estudo continuasse seu andamento.

Conforme já salientado acima, a imparcialidade no ato de pesquisar, embora valorizada em alguns ambientes, é utópica. O envolvimento com o fenômeno estudado, entretanto, demanda uma conduta ética na qual as limitações da pesquisadora e dos pesquisados sejam resguardadas. E, dentro das estruturas propostas para este estudo, tornou-se importante verificar o ato de pesquisar como fluído, passível de levar as discussões para pontos que não haviam anteriormente sido mapeados ou previstos, assim como para o aprofundamento em conhecimentos e estudos que se mostram mais coerentes com os resultados apresentados. Dessa forma, a elaboração dessa pesquisa não parte de um caminho linear, sendo construída, desconstruída e reelaborada conforme demandas práticas e intelectuais sugerem. A construção desse trabalho, suas formulações e detalhamentos podem ser melhor apresentados nos tópicos a seguir.

4.1 CONTEXTO E DESENHO DO ESTUDO

Localizado no centro do estado do Rio Grande do Sul, o município de Santa Maria é o quinto maior município do Estado, possui sua população estimada em 280.505 habitantes conforme dados do IBGE (2018). O último censo demográfico apresenta que cerca de 53% da população é composta por mulheres. A pirâmide etária do município aponta que os homens são maioria até os 14 anos de idade, sendo as mulheres maioria populacional para todas as demais faixas etárias. Na faixa dos 80 anos o número de mulheres chega a ser o dobro (IBGE, 2011).

Originada por um acampamento militar, Santa Maria abriga bases do Exército e da Aeronáutica, sendo o segundo maior contingente militar do país. Além da forte tradição militar, o município é um grande polo universitário, contando com sete Instituições de Ensino Superior, além da Reitoria do Instituto Federal Farroupilha (IFF) e nove polos de Ensino à Distância (EAD). Essas características fazem com que a população seja em sua maioria jovem, concentrada na faixa etária dos 15 aos 29 anos (IBGE, 2011).

Os dados relativos à violência cometidas contra as mulheres na cidade demonstram que, dos 497 municípios gaúchos, Santa Maria é a 21ª mais violenta para mulheres no estado. As vítimas apresentam em média 20 anos de idade, e as agressões ocorrem, em maior parte, durante o período do dia (BAPTISTA, TARTARI; BUENO, 2012). Santa Maria é uma cidade universitária, que reúne estudantes oriundos de diferentes cidades e inclusive estados. Além de ser considerada uma cidade universitária, também é reconhecida por abrigar um contingente de forças militares e para-militar. Tais características corroboram traços culturais marcados pelo autoritarismo. Esses dados podem indicar uma relação entre essas características e a vulnerabilidade na qual a realidade universitária propõe, que os jovens permanecem na cidade longe da família e sem uma rede de amparo significativa próxima. O militarismo é colocado em questão, derivado das características de autoritarismo e violência as quais marcam a história brasileira. Diante deste contexto de clamor à virilidade e à autoridade masculina, coloca a mulher, e demais minorias sociais, situação de atenção risco. Alguns estudos conseguem trazer melhor análise a respeito do militarismo e suas ligações com as diversas expressões da violência de gênero (FARIAS; CARDOSO, 2017; RODRIGUES; DOS SANTOS, 2013), o qual não será profundamente explorado por este trabalho.

Na tentativa de realização de um mapeamento prévio a respeito dos serviços e estratégias, foi observada uma ausência do fácil acesso a informações, principalmente considerando a visível fluidez de estratégias e possibilidade de existência de ações que não correspondessem às formas de atenção institucionalizadas pelas políticas. Desta forma, foi

elaborada uma busca por documentos e registros *online*, de modo que o primeiro levantamento a respeito dos dados relativos à Rede de Enfrentamento e de Atendimento em Santa Maria por meio da ferramenta disponível pela página da Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM na *internet* (www.spm.gov.br). Na época, foi possível encontrar dois serviços ativos pertencentes a rede de Serviços Especializados de Atendimento à Mulher, sendo eles a Casa de Passagem Mulheres Vítimas de Violência Aconchego - Santa Maria, que consta como Serviço de Abrigamento, e a Delegacia de Polícia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) - Santa Maria. Em decorrência dos cortes de gastos em nível Federal e redução da SPM-PR e, em nível estadual, a extinção da SPM-RS, atualmente, a página não se encontra mais disponível, impossibilitando o acesso aos dados. Como alternativa, recorreu-se a pesquisa realizada Martins e Conteratto (2016) que apresenta um mapeamento a respeito dos Equipamentos de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres no Rio Grande do Sul. O estudo detectou, na época em que foi realizado, a existência da Sala Lilás e da Delegacia Especializada (DEAM), não confirmando a existência da Casa Abrigo, visualizada no levantamento anterior, e não apontando a existência da Patrulha Maria da Penha (PMP) e Posto Policial Para a Mulher (PPM), conforme pode ser visto nos outros municípios também analisados pela pesquisa.

Diante da realidade apresentada, o estudo proposto se caracterizou como uma pesquisa descritiva explanatória, de abordagem qualitativa. A escolha da abordagem qualitativa possibilitou a exploração do fenômeno social e de sua complexidade, permitindo acessar as diferentes formas e detalhes com os quais o este fenômeno está implicado, como valores, significados, razões, atitudes e particularidades situacionais nas quais os participantes do estudo podem se encontrar no momento da coleta de informações (GIL, 2008). De acordo com Gil (2008), pesquisas descritivas possuem como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência. Dessa forma, a pesquisa explanatória vem com o intuito de detalhamento, tornar compreensível o olhar prestado ao estudo do fenômeno, de forma a descrevê-lo de maneira clara, explicativa e esclarecedora.

A escolha da abordagem qualitativa prevê a possibilidade de conhecer a realidade pesquisada possibilitando uma maior interação entre pesquisador e objeto de pesquisa (MINAYO, 2011). As caracterizações de exploração e descrição do fenômeno estudado, partem da necessidade de um maior conhecimento a respeito da formação e funcionamento da Rede de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher em Santa Maria, utilizando do reconhecimento situacional e histórico sobre as estratégias desenvolvidas no/pelo município

em relação à temática, assim como a importância das discussões a respeito das violências, das relações de gênero e Políticas Públicas na atual conjuntura Estatal.

4.2 PARTICIPANTES E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE INFORMAÇÃO

Tendo sido feito o levantamento bibliográfico a respeito dos Serviços Especializados de Atendimento à mulher em situação de violência em Santa Maria e a partir dos resultados da consulta realizada na página da Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM na *internet* (www.spm.gov.br), optou-se em escolher a Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM) como Semente para o estudo. O acesso às participantes pode ser melhor explicada pela amostragem nomeada *Snow Ball* - Bola de Neve (GOODMAN, 1961; VINUTO, 2014) na qual cada participante é orientado a indicar novos informantes a partir de seus contatos pessoais, para que uma rede de informações seja constituída. Segundo Vinuto (2004), a vantagem da escolha dessa estratégia, em específico, é a possibilidade de alcance da pesquisa por meio das redes sociais de indicação, sendo favorável à exploração de fenômenos sociais específicos e estudo de questões delicadas para determinadas populações. Dessa forma, a escolha da amostragem em bola de neve pode respeitar a caracterização do próprio fluxo de funcionamento do fenômeno estudado, permitindo ouvir os sujeitos sobre seu trabalho, suas dificuldades e suas estratégias para dar conta de uma política não institucionalizada e construída, assim como a estrutura de análise elencada, por meio de contatos pessoais.

O primeiro contato com a Semente do estudo foi realizado pessoalmente pela pesquisadora. Ao final da primeira entrevista (Entrevista 1), foi solicitado à participante que indicasse demais atores (que tivessem, ou não, vínculo com instituições) com as quais houvesse maior articulação e contato dentro do seu trabalho com a temática. As(os) participantes, ao realizarem as indicações, forneciam, também, o contato (telefone ou e-mail) dos sujeitos indicados, facilitando, assim, o processo de aproximação com as(os) possíveis participantes e fortalecimento do vínculo de confiança entre pesquisadora e entrevistadas. Dessa forma, por meio do processo de indicação, foi perceptível que as participantes se sentiam mais à vontade em compartilhar informações. Em algumas situações, ao serem contatos, alguns já possuíam algum nível de conhecimento sobre o conteúdo da pesquisa e sobre possibilidade do convite para participação. O contato com as participantes foi feito, em sua maioria, por meio de aplicativo de mensagens e, algumas poucas vezes, por meio de telefone e E-mail.

No total, foram realizadas 14 indicações, nas quais foram possíveis de serem realizadas 11 entrevistas. As três indicações não entrevistadas resultam da inexistência de resposta proveniente das tentativas exaustivas de contato, sendo, dessa forma, optado por respeitar os limites individuais e de conveniência. Na medida que as entrevistas foram sendo realizadas, as indicações começaram a se repetir, não gerando novos nomes, ou apontando para sujeitos não relevantes para a construção do objetivo do estudo - pessoas atuantes fora do município ou que já estavam afastados do trabalho que costumavam desempenhar. Sendo a utilização da amostragem por bola de neve não probabilística, não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa (VINUTO, 2014). O processo de finalização ocorre a partir do critério da existência de um ponto de saturação. A saturação foi dada quando não houverem novos nomes a serem oferecidos ou os nomes encontrados não trarão informações novas relevantes ao quadro de análise. Das 11 entrevistas, nove foram participantes mulheres – para, apenas, dois homens – desta forma, priorizou-se a flexão e dos termos que referissem aos sujeitos participantes, colocando-os no feminino. Para além da flexão dos termos, buscando uma melhor adaptação do significado de “pessoa que atua”, foi feita a utilização da palavra “atoras” para se referir às participantes, como uma alusão a sua função de atuação na Rede de Enfrentamento, compreendendo que o termo “atriz” não seria cabível com o significado que o termo deveria expressar.

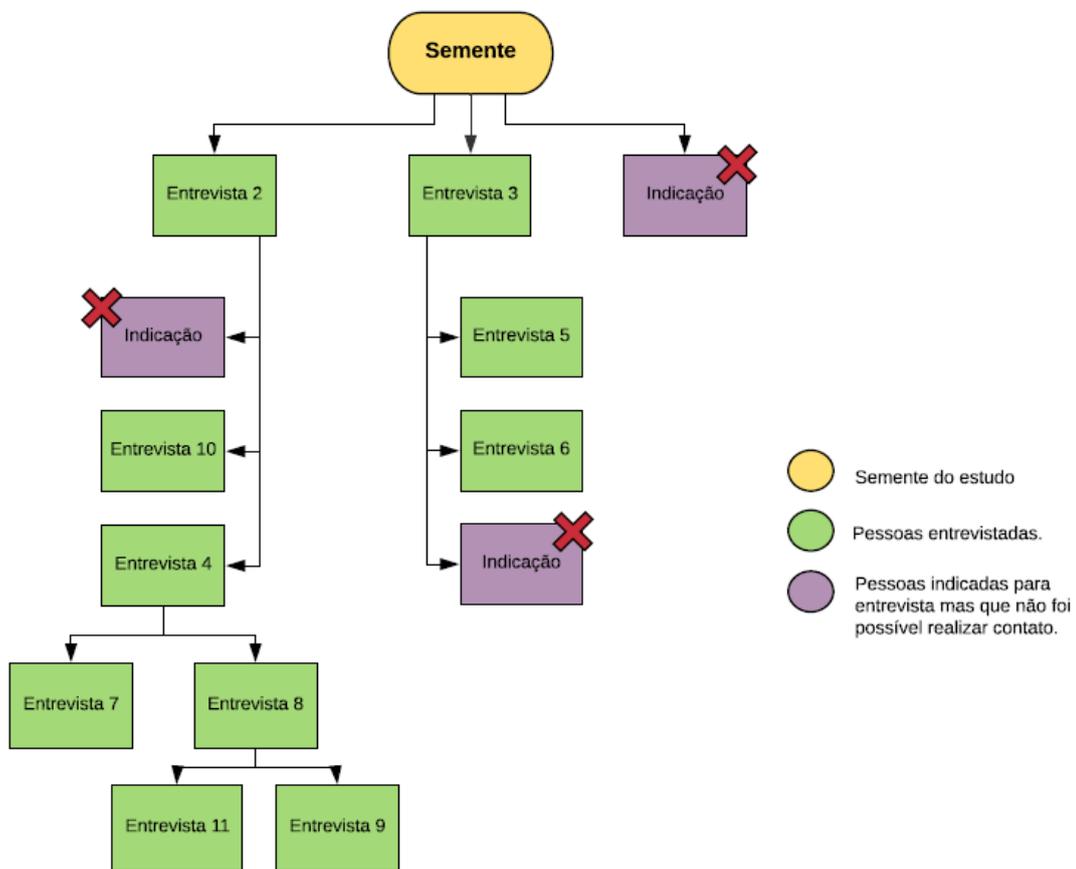
De maneira geral, foram mapeados serviços derivados da Rede de Enfrentamento, como de Atendimento, contando com um número significativo de Serviços Especializados. Os principais dispositivos apontados na Rede de Enfrentamento e de Atendimento foram: Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Círculos Restaurativos e Grupos Reflexivos para homens autores de violência (serviços/programas voltados para a responsabilização dos agressores); Além de demais atoras que compõe ações não governamentais ligadas a movimentos de mulheres e universidade, como Projetos de Extensão e Pesquisa, e grupos de empoderamento desenvolvidos diretamente nos bairros. Houve uma pluralidade no perfil dos participantes, que apresentavam diferentes formas de vínculo com as estratégias desempenhadas e mapeadas pelo estudo. Esta característica gerou uma exploração maior da entrevista como instrumento de coleta, visto que, perguntas que fazem sentido no contexto de trabalho de uma participante, não faria para outra.

A coleta foi realizada durante os meses de maio a setembro do ano de 2018. As entrevistas ocorriam nos lugares sugeridos pelas participantes no momento de realização do contato inicial. Em sua maioria, as entrevistas foram realizadas nos locais de trabalho das participantes, também sendo utilizados ambientes públicos, como espaços disponibilizados

pela universidade e/ou cafés. As entrevistas tiveram duração média de uma hora, com variações de 30 minutos a duas horas. Diante da permissão dos participantes, foi feita a gravação das falas, por meio de um aparelho de celular, que foram transcritas e analisadas. O processo de indicações e entrevistas poderá ser melhor visualizado no tópico a seguir.

4.2.1 Ilustração: Esquema de indicação da(os) participantes

Figura1 – Bola de Neve.



Fonte: Entrevistas realizadas com participantes da pesquisa. Organização e elaboração: Letícia Bortolotto Flores

Em relação ao esquema de indicações e de entrevistas, observa-se que as entrevistas não foram realizadas por ordem direta de indicação, sendo realizadas conforme disponibilidade das participantes e tempo de resposta ao contato realizado pela pesquisadora. Dessa forma, as indicações seguiram o fluxo: A semente do estudo (Entrevista 1) indicou os participantes das Entrevistas 2 e 3, além de uma indicação não entrevistada. Da Entrevista 3 foram indicados os participantes das Entrevistas 5 e 6, e uma indicação não entrevistada. O

participante da Entrevista 2 indicou mais 3 participantes, entre eles, um não entrevistados e outros dois que foram marcados como Entrevista 10 e Entrevista 4. A Entrevista 4 gerou mais duas indicações, a Entrevista 7 e Entrevista 8, que levou as duas últimas indicações: Entrevista 9 e Entrevista 11.

As entrevistas foram numeradas conforme sua ordem de ocorrência. O processo de coleta de dados foi encerrado com a 11ª entrevista, a partir do critério de saturação elencado por Vinuto (2014), considerando a repetição das indicações e indicações não relevantes para suprir o objetivo da pesquisa. Optou-se por não assinalar na ilustração as indicações repetidas para tornar mais claro a visualização do processo de coleta.

Compreende-se, entretanto, as limitações consequentes da coleta por meio de indicações, entendendo que a indicação provém de um ciclo de relações individual de cada participante contatado. Todavia, diante da realidade na qual o mapeamento prévio de serviços oficiais e institucionalizado não tenha sido viável para a construção da observação do território pesquisado, partiu-se para as indicações como primeira estratégia de coleta e de resposta à pergunta de pesquisa.

4.3 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE INFORMAÇÕES

Como instrumentos de coleta dos dados foi utilizada a Entrevista Semiestruturada (MINAYO, 1992) e o Diário de Campo (FALKEMBACH, 1987). O roteiro de entrevista foi estruturado buscando responder aos objetivos assinalados pelo estudo, buscando um melhor entendimento sobre o funcionamento dos mecanismos diretamente vinculados ao fenômeno da violência contra a mulher no município. Foram elaboradas 18 perguntas (APÊNDICE A) que direcionavam reflexões a respeito da trajetória profissional, vinculações, desafios e estratégias de trabalho dos participantes, sendo adaptadas conforme a vivência específica de cada participante que fora indicado. Compreende-se que a entrevista não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que é utilizada como ferramenta de coleta dos fatos relatados pelas entrevistadas, como sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada no estudo (MINAYO, 1992). Dessa maneira, a entrevista possibilitou abranger o problema investigado em suas múltiplas dimensões, considerando, inclusive, as possibilidades de abordar assuntos que pudessem melhor se adaptar às condições de atuação das participantes.

A utilização secundária do Diário de Campo (FALKEMBACH, 1987) possibilitou o registro completo e preciso das observações dos fatos concretos, acontecimentos, relações

verificadas, experiências pessoais da pesquisadora, suas reflexões e comentários. Foi utilizado como uma forma de facilitar o registro das vivências observadas, possibilitando descrever e refletir com atenção os acontecimentos do ambiente de pesquisa como forma de auxiliar na análise e compreensão dos dados.

A análise dos dados foi construída a partir da Análise de Conteúdo de Bardin (2009), sendo no momento anterior ao início da coleta elencadas categorias *a priori* baseadas na categorização do documento 'Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres' (2011b) da Secretaria de Políticas para as Mulheres. O documento dispõe de duas frentes de atuação para a Rede de Enfrentamento, dividida em Rede de Enfrentamento, com atuações mais amplas de serviços não necessariamente especializados na temática, e a Rede de Atendimento, que faz parte da Rede de Enfrentamento, mas é composta com serviços mais diretamente voltados à problemática da violência e direcionados ao atendimento direto das vítimas e de seus contextos (BRASIL, 2011b). A fim de contemplar os propósitos de categorização, as divisões podem ser melhor visualizadas no quadro a seguir:

Quadro 3 – Categorização de Serviços.

(continua)

<p>Rede de Atendimento (Saúde, Justiça, Segurança Pública e Assistência Social)</p>	<p><u>Serviços Não-Especializados:</u> Em geral, demarcam a porta de entrada da mulher na rede (a saber, hospitais gerais, serviços de atenção básica, programa saúde da família, delegacias comuns, polícia militar, polícia federal, Centros de Referência de Assistência Social/CRAS, Centros de Referência Especializados de Assistência Social/CREAS, Ministério Público).</p> <p><u>Serviços Especializados:</u> Destinados ao atendimento exclusivo de mulheres e que possuem expertise no tema (Casas-Abrigo/Serviços de Abrigamento, Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor, Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Defensorias da Mulher, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher).</p>
<p>Rede de Enfrentamento</p>	<p>Agentes governamentais e não-governamentais formuladores, fiscalizadores e executores de políticas voltadas para as mulheres (organismos de políticas para as mulheres, ONGs feministas, movimento de mulheres, conselhos dos direitos das mulheres,</p>

Quadro 3 – Categorização de Serviços.

(conclusão)

Rede de Enfrentamento	outros conselhos de controle social; núcleos de enfrentamento ao tráfico de mulheres, etc.); serviços/programas voltados para a responsabilização dos agressores; universidades; órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela garantia de direitos (habitação, educação, trabalho, seguridade social, cultura) e serviços especializados e não-especializados de atendimento às mulheres em situação de violência (que compõe a rede de atendimento às mulheres em situação de violência).
------------------------------	---

Fonte: (BRASIL, 2011b).

Essas categorias foram utilizadas para melhor compreender a oferta de serviços e o funcionamento dos mesmos a partir das indicações das participantes e dos relatos a respeito do trabalho desempenhado e das articulações construídas por elas. Essa categorização foi fundamental para construção do Artigo 1, que teve como objetivo mapear principais serviços e estratégias pertencentes à rede de Enfrentamento a Violência contra a mulher no município e identificar as ações de articulação socioassistenciais e/ou intersetoriais que são desenvolvidas entre eles. Após a coleta, transcrição e análise dos dados, foram elaboradas categorias *a posteriori* (BARDIN, 2009). A partir do Roteiro de Entrevista (APÊNDICE A), foram destacadas as questões 11 (Quais as principais dificuldades do seu trabalho?) e 12 (Você consegue pensar em estratégias para enfrentar as dificuldades que encontra?), auxiliando a formação das categorias 1 – Dificuldades e 2 – Estratégias, as quais basearam a elaboração do Artigo 2, no qual foi proposto a análise sobre as principais dificuldades vivenciadas por atores/profissionais no trabalho na Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres no município de Santa Maria. A pesquisa, por se tratar de um estudo explanatório, se preocupou em abordar os aspectos históricos e situacionais do Município, do Estado e da Federação, compondo uma análise crítica, também, da conjuntura na qual esses dados são apresentados e o que interfere que esse seja o escopo a ser visualizado no momento atual. Dessa forma, compreende-se a complexidade da análise e fluidez dos resultados que serão apresentados, visto que a realidade visualizada no momento da coleta está sujeita a mudanças, e a existência e permanência dos atores mapeados nos resultados, sujeitos a escolhas Governamentais e prioridades de recursos da Agenda Política de Governo.

4.4 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

O projeto de pesquisa foi submetido no Comitê de Ética em Pesquisa Da Universidade Federal de Santa Maria e aprovado sob o protocolo CAAE nº 79995117.3.0000.5346 (ANEXO A). Os dados foram coletados após a referida aprovação, respeitando os preceitos éticos de pesquisa com seres humanos definidos pelo Conselho Nacional de Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, Resolução n.º 510/2016) e, também, os critérios estabelecidos pelo Conselho Federal de Psicologia, por meio do Código de Ética Profissional (CPF, 2005). As entrevistas foram gravadas mediante autorização e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – APÊNDICE B), sendo, dessa forma, garantida a ciência das participantes sobre os riscos e benefícios da pesquisa, assim como a responsabilidade da pesquisadora em avaliar situações de desconforto e, caso fosse necessário, fazer o encaminhamento dos participantes à Clínica de Estudos e Intervenções em Psicologia (CEIP) (ANEXO B).

5. ARTIGO 1 - Construindo "teias": Fragilidades e Potencialidades para o enfrentamento da violência contra a mulher em Santa Maria.

RESUMO

Este artigo é um recorte de uma pesquisa qualitativa explanatória que teve como objetivo principal mapear a Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres no município de Santa Maria/RS. Para coleta das informações, utilizou-se da amostragem em Bola de Neve, de forma a construir um fluxograma de indicações. A principal problemática apresentada é que, embora exista uma previsão de articulação em redes na legislação, na prática, a perspectiva de trabalho em redes vai se construindo informalmente a partir de contatos entre suas atoras. O trabalho se constrói em dois principais núcleos, o da Saúde e o Jurídico. Os setores da Assistência e Segurança Pública permanecem em segundo plano de reconhecimento. Além disso, a não existência de serviços, como do Centro de Referência, direciona o pouco engajamento do Estado com as estratégias de enfrentamento, resultando uma atenção isolada e fragmentada, conforme a cultura política dominante.

Palavras Chave: Colaboração Intersetorial; Políticas Públicas de Gênero; Violência Contra a Mulher.

ABSTRACT

This article is a summary of a qualitative explanatory research whose main objective was to map the Combat Network of Violence Against Women in the municipality of Santa Maria / RS. In the collecting information process, we used Snowball sampling in order to construct a flow chart of indications. The main problem of the research is that although there is a prediction of networking in legislation, in practice, the perspective of working in networks is being built informally from the contacts between its actors. The work is built in two main centers, Health and Juridical front. The Public Assistance and Security sectors remain in the background of recognition. Moreover, the non-existence of services, such as the Reference Center, directs the State's low engagement with coping strategies, resulting in isolated and fragmented attention, according to the dominant political culture.

Keywords: Intersectoral Collaboration, Gender Public Policies; Violence Against Women.

INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres é um fenômeno amplo, que apresenta diversas formas de expressão, sendo exemplos comuns a agressão física, verbal, sexual e/ou simbólica. Ancorada em uma estrutura relacional e societal, é mais frequentemente legitimada em regiões com predominância de culturas de forte cunho patriarcal e sexista, nas quais se sobrepõem as relações de gênero. O conceito gênero é aqui apresentado como uma forma de dar significado as relações de poder, baseadas nos antagonismos, desigualdades e opressões expressadas nas relações entre homens e mulheres (KERGOAT, 2010; QUIRINO, 2015; SAFFIOTI, 2015). A naturalização dos comportamentos agressivos e a culpabilização das vítimas colaboram para que a violência de gênero não seja compreendida como relevante para uma parcela significativa da população, tornando importante a responsabilização Estatal para lidar com o assunto. As ações oriundas do Estado, desde o momento da denúncia até o julgamento, compõem um quadro essencial para que essa violência de gênero - aqui focada na violência contra as mulheres - seja enfrentada e, conseqüentemente, deslegitimada (GUZMÁN, 2000; GODINHO, 2000).

Há uma emergência para que ações de enfrentamento sejam executadas, visto que, este histórico de não reconhecimento das violências coloca o Brasil, atualmente, como o 5º país mais violento para as mulheres (WAISELFISZ, 2015). Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontaram que, no ano de 2017, pelo menos uma em cada três mulheres foram vítimas de algum tipo de violência. No mesmo ano, 22% das brasileiras relataram terem sofrido ofensas verbais - o que representa 12 milhões de mulheres, 10% sofreram ameaça de violência física - sendo que, a cada hora, 503 mulheres foram agredidas - , 8% sofreram ofensa sexual, 4% receberam ameaça com faca ou arma de fogo e, ainda, 3% ou 1,4 milhões de mulheres sofreram espancamento ou tentativa de estrangulamento, tendo 1% delas sofrido com pelo menos um tiro (FBSP, 2017). Os números são alarmantes e, como consequência do alto teor de feminicídios, o país corre risco de sofrer, novamente, com uma advertência internacional (primeira advertência foi relativa à denúncia internacional contra a omissão, negligência e tolerância em relação a crimes contra os direitos humanos das mulheres, no qual o Brasil foi condenado, gerando a Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha).

Relativo ao estado do Rio Grande do Sul, o *ranking* de feminicídios por unidade da Federação demonstra que o estado possui uma taxa de 3,8 vítimas a cada 100 mil habitantes, tendo o número de casos aumentado 84% entre 2006 e 2016 (CERQUEIRA *et al*, 2018;

IPEA, 2016). Mesmo que a colocação do Rio Grande do Sul no ranking nacional não pareça preocupante, em um primeiro momento, uma vez que ocupa 24º lugar entre as 26 unidades, a realidade dos municípios do Rio Grande do Sul é diferente. Em relação ao município de Santa Maria, foco de análise neste estudo, os dados coletados por meio do Portal de Acesso à Informação do Estado do Rio Grande do Sul, demonstraram que, dos mais de 400 municípios gaúchos, Santa Maria ficava em 21º lugar no *ranking* de cidades mais violentas para mulheres do estado, contabilizando um total de 76 ocorrências de violências cometidas a cada 100 mil habitantes (BAPTISTA; TARTARI; BUENO, 2012). Diante destes dados, cabe discutir os direcionamentos dados pelos Governos, em suas diferentes instâncias, para lidar com a problemática.

Os primeiros passos do Governo Federal relativos à questão da violência contra as mulheres datam do período de redemocratização, momento no qual foram criados o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), elaborado em 1983 e incorporado formalmente em 1986; o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), criado em 1985; os Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Mulher, criados a partir de 1983; as Delegacias de Atendimento às Mulheres vítimas de violência (DEAM), criadas a partir de 1985; os abrigos, centros de orientação jurídica à mulher vítima de violência e os cursos sobre direitos da mulher em academias de polícia, criados a partir de 1985 (BARSTED, 1994). Desde 2003, com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) - concretizada no primeiro Governo do Presidente Lula, com *status* de ministério -, uma série de ferramentas e propostas em gênero, principalmente no que tange o enfrentamento à violência contra as mulheres, começaram a ser implementadas, visando um trabalho articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de ações não governamentais (BRASIL, 2011; 2013).

A intersetorialidade e a atenção em redes são as marcas fundamentais das estratégias propostas pelos programas de atenção, visando ao desenvolvimento de uma lógica de gestão que toma como base a articulação/soma/síntese de setores (em especial, da Assistência Social, da Justiça, da Segurança Pública e da Saúde), e a superação da cultura de fragmentação ao tratar da violência (BRASIL, 2011b; PEREIRA, 2008). O Pacto Nacional do Enfrentamento (BRASIL, 2007; 2011), criado em 2007 - uma das prioridades da Agenda Social do segundo Governo do Presidente Lula - , é estabelecido entre os governos Federal, Estaduais e Municipais, consolidando as ações da Política Nacional de Enfrentamento (BRASIL, 2011) por meio de ações integradas, e a homologação da Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), representa um importante marco institucional e jurídico no

que tange o processo de combate à violência de gênero, principalmente pelos mecanismos e proposições terem sua aplicabilidade de maneira transversal.

A Rede de enfrentamento à Violência contra as Mulheres (BRASIL, 2011a) é o documento oficial para fundamentar a atuação articulada entre instituições e serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento e a construção da autonomia das mulheres, os seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência. Ainda, sua atuação pode ser dividida em duas frentes, a de Enfrentamento, que conta com a fiscalização e formulação das ações e estratégias, e a de Atendimento, que se direciona para a aplicação.

No estado do Rio Grande do Sul, na gestão do governador Tarso Genro, em 2011, o Governo Estadual, ao criar a Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres (SPM-RS), começa a articular estratégias intersetoriais para o tratamento das políticas para as mulheres gaúchas. Uma marca fundamental dessa articulação é formação da Rede Lilás: Rede de Enfrentamento e Atendimento Especializada à Mulheres em Situação de Violência, criada em 2013 (CONTERATTO; MARTINS, 2016; RS, 2013). A Rede Lilás tem atuação prevista, conforme é sugerido no documento nacional (BRASIL, 2011), compondo estratégias de fortalecimento dos espaços municipais e estaduais específicos de aplicação de Políticas Públicas para as mulheres e dispondo de ferramentas para o combate da violência.

É interessante assinalar que o Rio Grande do Sul foi o último estado da Federação a assinar o Pacto em 2011 (que foi pela primeira vez elaborado em 2007), o qual exige das unidades da federação o cumprimento de condições básicas, entre elas: a articulação em rede dos serviços e ações para o atendimento às mulheres e o enfrentamento à violência contra as mulheres. Contudo, com a implementação da Rede Lilás, o estado bateu recorde de investimentos em Políticas para as Mulheres no ano de 2013, direcionando o financiamento de projetos estratégicos e de um cronograma de ações para ampliar a oferta de serviços direcionados às mulheres e a formação e capacitação em políticas de gênero (MESA, 2014).

Todavia, as Políticas de Enfrentamento sofrem diretamente com o reflexo do contexto político econômico brasileiro. Diante da crise orçamentária administrativa, em nível nacional, relativa da reforma ministerial de outubro de 2015, houve a redução do *status* da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR). A SPM-PR perde seu *status* de ministério, passando a fazer parte do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. Em maio de 2016, no governo interino de Michel Temer, a SPM-PR passou a compor o Ministério da Justiça e Cidadania (CONTERATTO; MARTINS; LEAL,

2017). Já no Rio Grande do Sul, as consequências do corte de gastos do governo do Estado fizeram da extinção da SPM-RS uma das primeiras medidas tomadas pelo governador eleito em 2014, José Ivo Sartori, por meio da Lei n.º 14.672 de 1.º de janeiro de 2015. Atualmente, as Políticas para as Mulheres (assim como as de outras áreas sociais) estão a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos (SDSTJDH). O Departamento de Políticas para as Mulheres (DPM-RS) está entre os nove departamentos da SDSTJDH, sendo encarregado de manejar programas e ações da Rede Lilás com um nível mais limitado de investimento (CONTERATTO; MARTINS, 2016).

A atual realidade das Políticas Públicas para as mulheres são aqui compreendidas como um reflexo do avanço das Políticas Neoliberais - que vêm se intensificando desde a década de 90 -, que direciona para um cenário de flexibilização e recuo do papel do Estado enquanto regulador, além da redução dos gastos públicos (CISNE; GURGEL, 2008; MORENO, 2017; PEREIRA, TASSIGNY E BIZZARIA, 2017). Os valores advindos do neoliberalismo - individualismo, liberdade de expressão, produção em série, entre outros -, e o próprio contexto econômico neoliberal, colaboram com uma noção de relativismo. No campo das Políticas Públicas essa junção resulta na focalização, no pragmatismo, no pensar separado, características que vão de encontro aos ideais da intersectorialidade e transversalidade. Em suma, tais políticas potencializam uma desmontagem do serviço público, no qual as políticas de enfrentamento estão inseridas, compreendendo processos de desinvestimento e quebra da máquina Estatal.

Nesse sentido, diante da atual crise administrativa e seus reflexos nas áreas sociais e econômicas, este trabalho objetiva o mapeamento dos principais serviços e estratégias pertencentes à rede de Enfrentamento a Violência contra a mulher no município gaúcho de Santa Maria, identificando suas condições de funcionamento e ações de articulação socioassistenciais e/ou intersectoriais atualmente desenvolvidas.

MÉTODOS

O estudo caracteriza-se como qualitativo de natureza exploratória. A coleta de dados foi realizada a partir da estratégia de amostragem Bola de Neve (VINUTO, 2014), possibilitando o fluxo de contato com as participantes a partir de uma rede de indicações. Como Santa Maria conta com a atuação de uma Delegacia Especializada (DEAM), este serviço foi escolhido como semente (informante-chave) do estudo, sendo as entrevistas iniciadas através da figura da Delegada local. O primeiro contato com a semente do estudo foi

realizado pessoalmente. Os demais participantes foram contatados via aplicativo de mensagens, ligação telefônica e/ou E-mail. A coleta foi realizada por entrevistas semiestruturadas. Totalizou-se 11 participantes, nos quais nove foram participantes mulheres e dois homens, motivo pelo qual será utilizada, preferencialmente, a flexão dos termos no feminino e adaptação de termos.

A discussão dos dados foi construída abordando, nas falas das participantes, os fatores que indicam as conexões, fluxos e parcerias que caracterizam o funcionamento da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher no município destacado, trazendo elementos referentes à temática das Políticas Públicas de gênero e sua contextualização no âmbito municipal. Buscou-se identificar quais eram as atoras relevantes no processo, discutindo as principais funções e ligações entre elas, mapeando ações e/ou serviços nos quais pertencem. Devido à variabilidade das relações/cargos/ligações desenvolvidas entre as participantes da pesquisa, optou-se por referir a elas com a denominação “atoras/es”, por atuarem nesta rede.

Para categorização, recorreu-se aos principais documentos publicados pelos órgãos diretamente envolvidos, principalmente da Secretaria de Políticas Para as Mulheres (SPM-PR) e Secretaria de Políticas Para as Mulheres do Rio Grande do Sul (SPM-RS). Assim, analisou-se as possibilidades e os desafios da atual configuração da Rede de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres do município de Santa Maria frente as Políticas Públicas e ao cenário político destacado.

Do mapeamento

Santa Maria é um município localizado no centro do estado do Rio Grande do Sul, com população avaliada em 280.505 habitantes, conforme dados do IBGE (2018). Conforme aponta o censo demográfico de 2010, estima-se que cerca de 53% da população sejam mulheres, sendo que elas compõem a maioria populacional para todas as faixas etárias a partir dos 14 anos de idade. Na faixa dos 80 anos o número de mulheres chega a ser o dobro do número de homens (IBGE, 2011).

Além disso, Santa Maria é uma cidade conhecida como polo universitário e militar, o que caracteriza sua população como, em grande parte, jovens entre a faixa etária dos 15 a 29 anos (IBGE, 2011). Estas informações surgem como um agravante quando comparadas aos dados relativos à violência cometidas contra as mulheres no estado, nos quais o município consta como 21^a mais violenta para mulheres, dentre os mais de 400 municípios do estado. Ademais, as vítimas apresentam como idade média 20 anos de idade, e as agressões ocorrem,

em maior parte, durante o período do dia (BAPTISTA; TARTARI; BUENO, 2012). Esses dados sugerem a vulnerabilidade na qual as mulheres se encontram, principalmente as jovens, que, corroborando com a característica de cidade universitária, permanecem na cidade longe da família e sem uma rede de amparo significativa.

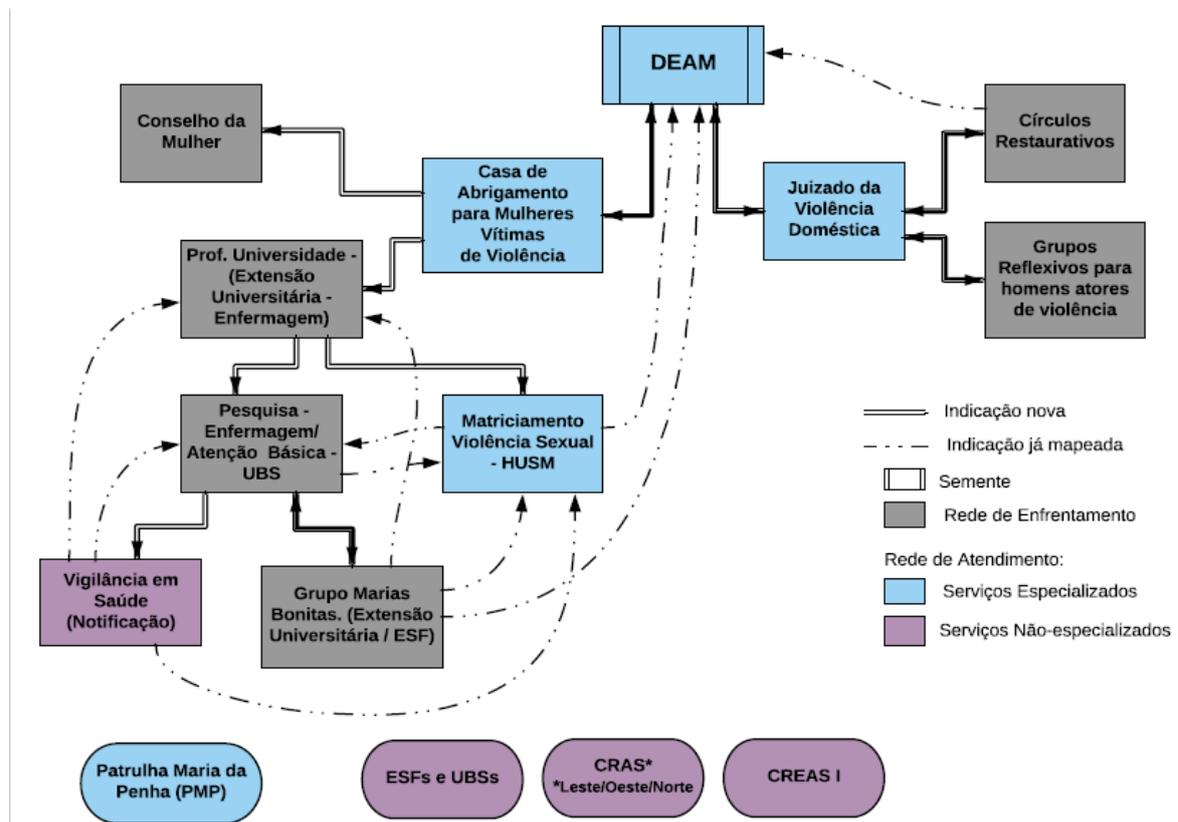
Levando em consideração este cenário, no ano de 2017, foi realizado o primeiro levantamento a respeito dos dados relativos a Rede de Enfrentamento e de Atendimento em Santa Maria, que ocorreu através da página da SPM na *internet* (<http://www.spm.gov.br>). Na época, obteve-se como resultado do levantamento a existência de dois serviços ativos pertencentes a rede de Serviços Especializados de Atendimento à Mulher, sendo eles: a Casa de Passagem Mulheres Vítimas de Violência Aconchego - Santa Maria, que consta como Serviço de Abrigamento, e a Delegacia de Polícia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) - Santa Maria. Em decorrência dos cortes de gastos e redução da SPM-PR e, em nível estadual, a extinção da SPM-RS, atualmente, a página na qual foi realizado o levantamento não se encontra mais disponível, impossibilitando o acesso estes dados.

Frente a impossibilidade do acesso à um mapeamento prévio da situação da rede municipal, utilizou-se, como alternativa, a pesquisa realizada por Martins e Conteratto (2016) que apresentou um mapeamento a respeito dos Equipamentos de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres no Rio Grande do Sul. Os resultados do estudo para o município de Santa Maria apontou, na época em que foi realizado, a existência da Sala Lilás e da Delegacia Especializada (DEAM), não confirmando a existência da Casa Abrigo, visualizada no levantamento anterior, e não apontando a existência da Patrulha Maria da Penha (PMP) e Posto Policial Para a Mulher (PPM), conforme pode ser visto nos outros municípios que também foram analisados pela mesma pesquisa.

A elaboração deste levantamento prévio auxiliou a melhor escolha para a orientação das coletas, possibilitando um panorama dos serviços e ações. O sistema de indicações se mostrou essencial para compreender qual era a real articulação entre os serviços, visto que o mapeamento “oficial” não se aparenta completo ou atualizado. As participantes da pesquisa foram sendo mapeadas, e suas estratégias de trabalho foram sendo demarcadas em um fluxograma. Para melhor compreender a categorização dos serviços que compõem a Rede de Enfrentamento, utiliza-se da categorização apresentada pelo documento oficial da federação (BRASIL, 2011a), que dispõe de duas frentes de ação: Enfrentamento e Atendimento. Compreende-se, também, que a Rede de Atendimento faz parte da rede de Enfrentamento. Composta por quatro principais setores/áreas (saúde, justiça, segurança pública e assistência social), a Rede de Atendimento comporta duas categorias de serviços: os especializados e os

não especializados. Desta forma, o fluxograma a seguir mostra resultado do mapeamento realizado no município e as respectivas estratégias e serviços atuantes:

Figura 1 - Fluxograma do mapeamento.



Fonte: Entrevistas realizadas com participantes da pesquisa. Organização e elaboração: Letícia Botolotto Flores.

Conforme demonstra o fluxograma, é possível verificar, em Santa Maria, a existência de serviços derivados tanto da rede de Enfrentamento como de Atendimento, contando com um número significativo de Serviços Especializados. Os principais dispositivos apontados na Rede de Enfrentamento foram: Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Círculos Restaurativos e Grupos Reflexivos para homens autores de violência (serviços/programas voltados para a responsabilização dos agressores); Além disso, também foi possível identificar atoras que compõe ações não governamentais ligadas a movimentos de mulheres e universidade, como Projetos de Extensão e Pesquisa, e grupos de empoderamento desenvolvidos diretamente nos bairros.

Conforme a categorização oficial (BRASIL, 2011), a Rede de Atendimento pode ser representada por meio de ações e serviços provenientes das quatro áreas/setores - Saúde, Justiça, Segurança Pública e Assistência Social. Os Serviços Especializados da Rede de

Atendimento identificados na construção do fluxograma foram: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM); Patrulha Maria da Penha (PMP); Casa Abrigo/ Casa de Acolhimento Provisório; Juizado da Paz Doméstica (Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher) e Equipe de Matriciamento da Violência Sexual (Serviços de Saúde voltados para o atendimento aos casos de violência sexual e doméstica). Já como Serviços Não-especializados, mantendo papel de porta de entrada e acompanhamento, foi possível identificar como existentes: Superintendência de Vigilância em Saúde – Controle de Notificação (Controle Social – notificação das violências); Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Estratégia de Saúde da Família (ESF) e Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Dentro do fluxograma, os principais polos de trabalho se encontram nos serviços da DEAM, do Juizado da Paz Doméstica, Equipe de Matriciamento e Universidade (com atividades de pesquisa e extensão). Esses serviços se mostram como os norteadores das demais estratégias mapeadas, possuindo maior número de ligações com demais pontos. O destaque para esses polos de trabalho demonstra que há uma significativa articulação dos setores da Saúde e da Justiça, que direcionam atividades e serviços importantes para a construção de estratégias de enfrentamento e cuidado (por exemplo: grupos reflexivos com agressores, círculos de paz doméstica, articulação hospitalar para acolhimento de vítimas de violência sexual), enquanto Segurança Pública e Assistência Social permaneceram em segundo plano, na medida em que foram apenas citados nas falas das participantes e não indicados para a entrevista. Citar que determinados setores permaneceram em segundo plano não se caracteriza um juízo a respeito da importância do trabalho destes agentes, apenas que, na análise realizada, a indicação não foi considerada prioritária pelas participantes para elaboração do mapeamento. Além disso, foi verificada a existência da Casa Abrigo, ainda que seu atual funcionamento não seja de conhecimento comum de todas as entrevistadas.

Das relações da rede: tecendo teias.

Conforme a divisão apontada anteriormente, os principais polos de trabalho encontram-se concentrados em setores específicos. Diante da análise do fluxograma, atenta-se na centralidade das ações serem estabelecidas em dois principais núcleos: o da Saúde e o Jurídico. É a partir desses dois núcleos que a maior parte das estratégias são efetivadas, havendo entre as atoras a eles vinculados, uma maior formação de vínculos, troca de informações e fluxo de trabalho efetivo.

Em relação ao chamado núcleo Jurídico, foi possível identificar um fluxo de encaminhamentos e trocas de informações entre os serviços da DEAM e Juizado da Paz Doméstica, juntamente com os serviços ofertados por ele (Grupo Reflexivo e Círculo Restaurativo). Serviços como a Casa Abrigo e o Conselho da Mulher também podem ser compreendidos como vinculados, majoritariamente, a esse núcleo.

Buscando melhor compreender o funcionamento deste núcleo, averigua-se que Santa Maria conta com a existência de uma Delegacia Especializada desde o ano de 2001, tendo a mesma delegada interina desde sua inauguração. A parceria entre Juizado da Paz Doméstica e DEAM nasce a partir da inauguração do Juizado, em janeiro de 2016, o que contribui de forma mais efetiva com a resolubilidade de parte dos inquéritos em andamento sobre violência contra mulheres (CURCINO, 2016). Percebe-se, entretanto, que os moldes da DEAM fogem dos padrões estabelecidos para seu funcionamento, sendo restringido ao atendimento de casos de violência doméstica, e funcionando apenas em horário comercial.

No início, é... nós tínhamos, fazíamos todos os tipos de ocorrência que envolvesse as mulheres como vítimas, menos crimes contra o patrimônio, de furto, roubo não entra [...] desde o ano passado, nós temos, então, só fazendo violência doméstica (Entrevista 1).

A Patrulha Maria da Penha (PMP), estratégia fundamental para o atendimento de casos que possuem mais dificuldade de chegar até a DEAM, foi apontada como serviço auxiliar no fluxograma. Embora seu funcionamento tenha sido citado por mais de uma entrevistada, não foi indicada pelas participantes como elemento para continuação da coleta, permanecendo, por fim, fora do fluxo de indicações na construção do fluxograma. Segundo dados noticiados no site do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (VIEGAS, 2015) e na página da Prefeitura Municipal de Santa Maria (BITTENCOUT, 2015) a PMP foi implantada em Santa Maria ainda no ano de 2015, atuando de forma ativa na prevenção da violência e fiscalização das medidas.

a gente [em relação a polícia e brigada militar] faz a fiscalização das medidas protetivas nos bairros né [...] anh... nós fazemos muito também trabalho de prevenção, nos bairros com palestras, a gente faz isso também leva a delegacia móvel né, que é um ônibus na verdade, não... é um ônibus que teria condição de registrar ocorrência né, mas ninguém vai registrar ocorrência num ônibus, mas é mais pras pessoas... pra a gente ficar mais perto da comunidade, pra elas interagir, pra elas perguntarem, daí a gente leva o pessoal da universidade também, das faculdades a gente convida eles vão, eu acho que isso ajuda muito né na prevenção (Entrevista 1).

Diante de um histórico de criação de estratégias de enfrentamento, a Casa Abrigo é o segundo serviço mais antigo direcionado ao amparo de mulheres em situação de violência no município. A representante da Casa Abrigo relatou que o serviço de abrigamento teve seu início em meados do ano de 2005, oferecendo o abrigo às mulheres vítimas de violência como serviço auxiliar (não é a principal atividade motriz na casa).

Eu comecei a trabalhar como representante em 2005, onde começou a surgir na, nos conselhos, que deveria ser aberta a quarta casa [no estado] pra mulheres vítimas de violência, onde a, na ocasião, o município veio até nós pra gente fazer esse trabalho. [...] nós, antes de existir a maria da penha, nós já abrigávamos as mulher. Eu lembro também que na, não existia a casa formada, e a gente sempre recebia a mulher no lar, do acolhimento institucional [...] Então a gente não tinha a casa de aconchego, a gente não tinha psicólogo, não tinha nada, e nós já atendia essa tipo de violência, por não existir um lugar (Entrevista 2).

Segundo o fluxograma, a principal vinculação do serviço de abrigamento é a DEAM. O Juizado é relacionado em alguns momentos por realizar o direcionamento dos inquiridos relacionados às mulheres abrigadas na casa. Entretanto, chama-se atenção para o fato que a Casa Abrigo ainda funcione próximo dos moldes de serviço auxiliar, recebendo pouco investimento para financiamento de custos, tornando difícil a independência da Casa e ampliação dos serviços. O que ajuda para que o funcionamento se mantenha, é a sua direção ser dividida com outro serviço municipal, possibilitando o manejo dos gastos públicos para ambos serviços, que ocorre por conta da diretora responsável.

Nós fizemos o que pudemos [...], se nós não tivéssemos dividindo [com a outra instituição], não dava o valor, 16 mil tu não pode pagar psicóloga, assistente social, dá comida, porque a gente dá tudo aqui, guria, é roupa, comida, a gente dá, os filhos vão pro colégio, tudo subsidiado pela instituição. [...] É muita violência, então. As coisas são muito difícil pra gente, porque a gente não tem o apoio, das políticas (Entrevista 2).

As Gestões Municipais, Estaduais e Federais são responsáveis pelo manejo do investimento público em políticas, e o valor direcionado para os determinados setores de uma política são alocados de acordo com interesses políticos e pelas prioridades governamentais. Mesmo se tratando as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher como políticas de Estado, a agenda pública das políticas sofre com os direcionamentos e perspectivas que ancoram a gestão Estatal que se encontra atuante em determinado momento, que pode agir em defesa de interesses articulados a manutenção de uma estrutura dominante. Essa contradição entre as práticas cidadãs, a legitimação de direitos e a economia dominante do capitalismo advém do próprio processo contraditório das relações entre Estado/sociedade/economia

(FALEIROS; RAPOZO, 2011). A Casa Abrigo e a Delegacia Especializada são financiadas pelo Governo Municipal, servindo apenas a mulheres habitantes do município. Ademais, outro fator que chama atenção a respeito, é o desconhecimento do atual funcionamento da Casa por grande parte das demais atoras entrevistadas, o que sinaliza uma importante quebra na comunicação entre os serviços.

Questões relativas ao financiamento governamental e contradições com interesses públicos é algo familiar também em outros pontos do mapeamento. Um outro exemplo disso é o caso do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em Santa Maria. O Conselho, que foi criado no ano de 2011 sob o mandato do prefeito César Schirmer, tem declaradas (conforme Art. 3º) as funções de: Desenvolvimento de estratégias de combate às discriminações contra a mulher e ampliação de direitos; Colaboração com demais órgãos e entidades no que se refere aos assuntos relativos à mulher; Encaminhamento e incorporação das preocupações e sugestões manifestadas pela sociedade, opinando sobre denúncias que lhe sejam encaminhadas; Criação de instrumentos concretos que assegurem a participação da mulher em todos os níveis e setores da atividade municipal; e promoção de articulações, intercâmbios e convênios com instituições públicas e privadas com a finalidade de implementar as políticas, medidas e ações do Conselho (SANTA MARIA, 2011; 2011a).

O que se visualiza, contudo, é que o Conselho possui um histórico de atividades assistencialistas, e sendo composto por instituições designadas pessoalmente pelo interesse do Prefeito Municipal. As instituições, marcadamente burguesas - por serem detentoras de privilégios sociais, políticos e econômicos -, trabalham a partir de características filantrópicas. Este cenário pode ser explicado por Cisne e Gurgel (2008), que problematizam que, a desregulamentação do Estado e a sua desresponsabilização para com as Políticas Públicas de caráter universal, provém do avanço do neoliberalismo e de sua imposição como força econômica mundial. Dessa forma, o Estado cria novos mecanismos de exploração, além de uma nova ideologia reprodutora de valores que não hajam de modo conflitante com o *status quo*, investindo apenas em ações pontuais, que respondam a necessidades imediatas (CISNE, GURGEL, 2008).

O enfoque de ações pareceu estar sofrendo mudanças desde a posse da nova gestão na presidência do Conselho (2017-2019), entretanto, é visível que os impasses permanecem:

[existe] uma falta de participação, porque é uma instituição muito enraizada com relação a... a.. instituições entende, não é um fato de [nome utilizado para exemplo] querer defender os direitos da mulher que ela vai tá lá, não, ela tem que ser de uma das instituições que estão lá elencadas, só que isso aí acaba frustrando muitas vezes o bom andamento do conselho porque aquelas instituições não estão a fim de

participar, e aí a gente acaba tirando lugar e a participação de pessoas que de fato poderiam auxiliar efetivamente, execução de políticas públicas e ideias que pudessem trazer algum benefício pras mulheres (Entrevista 10).

Nesse sentido, cabe apontar que a inclusão de temas como gênero e enfrentamento às violências nas Políticas Públicas está condicionada pelo contexto político global e pelas concepções e valores vigentes (GUZMAN, 2000; MORENO, 2017). Mesmo tendo as políticas de Estado uma característica de manutenção e garantia do bem-estar social, quem organiza as políticas de Estado, em determinado momento, é um governo determinado, podendo, assim, serem incluídos na aplicação das Políticas Públicas, pontos de vista políticos, sociais e de classe (GODINHO, 2000). O funcionamento dos serviços perpassa estes interesses.

[para elaborar diretrizes] tu precisa não só desse respaldo das pessoas, mas do ente público, porque o conselho é um órgão da prefeitura né e se a gente não consegue uma agenda com o nosso prefeito, aí definitivamente a gente percebe que tá atada, que tá de mãos atadas assim (Entrevista 11).

É possível perceber a importância da implicação da comunidade local na questão da violência. Sendo uma característica do município o fato de ser cidade jovem e universitária, algumas ações das universidades buscam levar a público a discussão sobre a temática da violência contra a mulher assim como o oferecimento de serviços que sejam realizados diretamente como base de enfrentamento da violência. Alguns projetos foram citados pelas participantes como importantes meios de interação como a comunidade, como é o caso do projeto Diotima, realizado a partir da organização da Comissão de Direitos Humanos (CDH) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Santa Maria. O projeto parte da disponibilização de espaços para que advogados e estudantes voluntários prestem assessoramento jurídico às mulheres vítimas de violência doméstica. Além disso, o fluxograma mapeado apontou para a participação de diversas frentes de enfrentamento coordenadas por professoras e pesquisadoras da universidade, como é o caso do Grupo Marias Bonitas, um projeto de Extensão (pode ser visto na Figura 1), que parte de ações de empoderamento com mulheres em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de um dos bairros periféricos na cidade.

As ações provindas dos projetos das universidades compõem o grupo de estratégias que faz parte do segundo principal núcleo mapeado, o da Saúde. Frente a este ponto, cabe recordar da forte ligação histórica entre o meio universitário e pesquisadoras feministas, principalmente relativo às conquistas de direitos das mulheres. Antes mesmo de que a

violência contra mulher fosse reconhecida como violação dos direitos humanos, pesquisadoras e o papel crítico desempenhado pelas universidades tiveram importância fundamental no processo de construção de meios reivindicatórios e organizações de frentes de trabalho a favor dos direitos da mulher (BARSTED, 1994).

Também vinculado à universidade, existe o Serviço de Referência para Atendimento de Vítimas de Violência Sexual (Equipe de Matriciamento), que funciona no Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM). O serviço funciona no HUSM desde dezembro de 2015, sendo referência regional para o acolhimento de pessoas em situação de violência sexual. O atendimento porta-aberta acontece 24h e conta com uma equipe multiprofissional (médico infectologista, ginecologista, enfermeira, psicóloga e assistente social).

Nós estamos trabalhando com a violência sexual, porque a gente precisa pega uma coisinha, não tem como tu pegar tudo, é muito grande, é muito dramático, muito problemático essa área né (Entrevista 7).

Mesmo direcionando os seus atendimentos apenas para casos de violência sexual, a equipe acaba sendo uma importante porta de entrada para os casos de violência contra a mulher na cidade, se tornando referência para os demais serviços, que direcionam suas demandas para serem lá atendidos:

Quando eu acompanhava sistematicamente assim, eu via assim uma lacuna, os CREAS não tinham assim profissionais não fazia com... e nem entendia o que que era pra fazer [com as situações de violência contra a mulher]. Tinham profissionais lá que nem sabiam, cada um tinha um entendimento de que quer era o papel do CREAS, então é bem difícil tu ter uma rede que nem sabe o que tem que fazer, nem sabe o que que dá conta. E acabava que tinha um serviço que tava, ele tava com uma qualificação boa e mas acabava que ficava uma demanda muito grande porque era o único serviço que tinha [se referindo à Equipe de Matriciamento], que era o HUSM, [...] e que acabava recebendo todas as demandas (Entrevista 9).

Conforme citado pela participante, os serviços como os Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) entram como Serviços Não Especializados no enfrentamento a violência contra a mulher (BRASIL, 2011a). Serviços de Atendimento Geral como CRAS, CREAS, Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Estratégias de Saúde da Família (ESF), devem se constituir como as principais portas de entrada para a mulher na Rede de Atendimento em saúde e assistência

social. Cabe a seus profissionais realizar o encaminhamento dos casos aos Serviços Especializados, fazendo acompanhamento e monitoramento desses encaminhamentos.

É constatado que a ação destes centros, em Santa Maria, vem, há anos, sofrendo com uma série de denúncias realizadas ao poder público. As denúncias destacam irregularidades em relação ao funcionamento da política municipal de Assistência Social, como as terceirizações dos trabalhadores nos serviços de proteção social básica (CRAS) e de proteção social especializada de média complexidade (CREAS), a falta de trabalhadores concursados e a não efetivação de Concursos Público para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), além da precariedade e o baixo quantitativo de equipamentos da Assistência Social (CRPRS, 2015). Mesmo tendo havido a tomada de alguns direcionamentos ao longo dos anos decorrentes ao documento citado, o reflexo da conjuntura que levou à denúncia representa uma potencial acentuação na precarização da atenção em rede, tornando difícil o desenvolvimento das estratégias de acolhimento, prevenção e acompanhamento de mulheres em situação de violência.

Outro destaque recorrente nas falas das participantes é a não existência de um Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM). Os trechos a seguir expressam esta ideia.

Santa Maria precisa de um centro de referência de enfrentamento a violência contra a mulher! Seria um serviço especializado que ele também seria responsável por essa articulação da rede né, então teria atendimento psicossocial, atendimento ahm... jurídico né, defensoria pública tudo no mesmo lugar. se existe já um projeto pronto, só que o município tem que dar contrapartida entendeu, tem que ter um olhar (Entrevista 8).

O Centro de Referência resolveria isso né, mas pra ter um Centro de Referência, o município tem que investir, tem que ter profissionais pra isso, né. O Centro de Referência é, um, um, o nome tá dizendo, um Centro que tu vai, e ali, quem está ali, vai te dar os direcionamentos. - olha tu sofreu estupro, então tu não pode tomar banho, tu tem que ir procurar a Delegacia, anh, anh, aí tu vai po Hospital Universitário, tu tem que, tu precisa, precisa, anh, tomar o... Enfim, direcionar pra onde ela tem que ir (Entrevista 4).

Conforme ressaltado pelas participantes, a falta de um Centro de Referência é um agravante para a segregação da atenção voltada à violência contra a mulher no município. Os CRAMs têm como objetivo oferecer orientação sobre os diferentes serviços disponíveis para a prevenção, apoio e assistência em cada caso particular, garantindo atendimento, acompanhamento jurídico e fortalecimento da mulher em suas individualidades (BRASIL, 2011a). Embora a implantação e implementação de um CRAM não possa, por si só, garantir a efetividade da comunicação entre diferentes dispositivos/serviços/programas da Rede de

Enfrentamento, na visão das participantes, tal medida pode contribuir para melhorar e qualificar a articulação entre os setores, conforme é previsto pelas políticas referentes à intersetorialidade. Nesse sentido, a necessidade de formação do CRAM em Santa Maria é uma medida emergencial e a principal denúncia para efetivação das medidas de prevenção, proteção e enfrentamento.

Deste modo, frente a dificuldade de criação da articulação devida, o fluxo de atendimento e a comunicação entre os serviços são mínimos e limitados. A informalidade que denota o trabalho das atoras em suas estratégias e/ou serviços é marcada pelas quebras e impasses do contexto político, que não garante as mínimas condições dadas como diretrizes para enfrentamento do problema.

Nós não temos muita rede, nós temos é teias né. São pessoas que se comprometem individualmente fazem o trabalho, então poucas pessoas (Entrevista 1).

A analogia da Rede de Enfrentamento no município como uma teia apresenta uma interessante interpretação para a problemática. Assim como a aranha que, no objetivo pontual de capturar insetos, trabalha solitária na construção de uma teia, para quem trabalha na construção da rede, há dedicação e esforço para que ela seja suficientemente forte para sustentar a resolubilidade de um problema pontual. Entretanto, no contexto de desinvestimento e desarticulação dos serviços públicos, assim como as teias, a rede se mostra frágil e limitada, podendo ser facilmente desarticulada, tendo suas amarras desfeitas.

CONCLUSÕES

Frente ao principal objetivo do recorte, de mapear as ações e identificar as condições de funcionamento da rede em destaque, é importante enaltecer a dificuldade prévia de se acessar um mapeamento formal no município, que previamente pudesse direcionar os serviços institucionalizados atuantes na temática. Admite-se que o processo de mapeamento a partir da estratégia de indicações pode conter algumas limitações, visto que as indicações dependem do ciclo de contato dos indivíduos que, por ventura, acabam sendo contatados e mapeados. Entretanto, a própria noção de não institucionalização de serviços essenciais para constituição de uma rede de enfrentamento coloca a estratégia como uma das poucas formas viáveis de se ter acesso aos sujeitos e espaços em questão.

Dentre os principais resultados discutidos, o distanciamento existente na articulação dos serviços e estratégias mapeados por meio das entrevistas é preocupante. Embora a

intersetorialidade se faça presente no discurso oficial das políticas de enfrentamento à violência, é reconhecido que não existe um atendimento em rede entre as estratégias mapeadas. Na síntese das falas das participantes percebe-se que a rede é disposta por “teias”: a referência de trabalho é dada a partir da atuação conectada entre os próprios serviços da saúde, serviços jurídicos e algumas ações pontuais intersetoriais.

A precarização do serviço público, marcada pela redução do Estado em favor do mercado, pelo fechamento de serviços e pelo desenvolvimento de ações filantrópicas e assistencialistas, não propicia condições para uma articulação consistente entre serviços. A elaboração de estratégias pontuais para a resolubilidade das problemáticas torna mais difícil a efetivação de um vínculo entre setores, que acabam isolados em funções específicas, determinando a fragmentação da rede.

Visto que o município não conta com os serviços de um Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM), as conexões e parcerias entre serviços e estratégias são formados a partir do esforço pessoal de indivíduos envolvidos e preocupados com a questão. A responsabilização individual, por vezes, fomenta o sentimento de impotência e insuficiência dos envolvidos frente ao ideal de resolução da violência. Nesse sentido, recai à responsabilização Estatal frente ao desinvestimento em políticas efetivas, melhor capacitação e fomentação para a formação de vínculos, e, principalmente, estruturação de serviços e estratégias.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, V.; TARTARI, L. & BUENO, T. **Retrato da Violência Contra a Mulher no RS**. Projeto por dataviz para o concurso Decoders RS, 12º FISL. 2012. Disponível em: <http://retratodaviolencia.org/RS/#santa-maria>. Acessado em out, 2017.

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Em busca do tempo perdido Mulher e políticas públicas no Brasil 1983-1993. **Estudos feministas**, p. 38-54, 1994. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/24327160?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: dez., 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Lei Mª da Penha. Diário Oficial da União, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Rede de**

enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011a. 74p.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015.** Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulher, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulher, 2011. 70p.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011. 46p.

CERQUEIRA, Daniel (Coord.) *et al.* **Atlas da violência 2018.** Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: IPEA, 2018. Acesso em: 05 de jan. de 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf

CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. **Revista Ser Social**, v. 10, n. 22, p. 69-96, 2008.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (CRPRS). **Carta de apoio à denúncia realizada por representantes do Conselho Municipal de Assistência Social de Santa Maria ao Ministério Público.** Porto Alegre: Conselho Regional de Psicologia, mar, 2015. Disponível em: <http://crprs.org.br/upload/noticia/arquivo2858.pdf>

CONTERATTO, Deisi; MARTINS, Clitia Backx; LEAL, Andréa Fachel. Análise da qualidade deliberativa na gestão de políticas públicas intersetoriais de gênero do Rio Grande do Sul. In: **VII Seminário Nacional de Sociologia e Política Direitos humanos e democracia perspectivas e desafios contemporâneos.** 2017. Anais... Curitiba: UFPR, 2017. Disponível em: http://e-democracia.com.br/sociologia/anais_2017/trabalhos_por_area/index.php. Acesso em: nov., 2018.

CONTERATTO, Deisi; MARTINS, Clitia Helena Backx. **Texto Para Discussão FEE, n.º 144.** Transversalidade e integração em políticas públicas de gênero: análise da Rede Lilás no Rio Grande do Sul. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/tesdes/transversalidade-e-integracao-em-politicas-publicas-de-genero-analise-da-rede-lilas-no-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: nov. 2018.

CURCINO, Naiôn. Juizado da Violência Doméstica é criado em Santa Maria. **Jornal Diário de Santa Maria.** Reportagem Online. 21, jan, 2016. Disponível em:

<http://diariodesantamaria.clicrbs.com.br/rs/geral-policia/noticia/2016/01/juizado-da-violencia-domestica-e-criado-em-santa-maria-4956936.html>. Acesso em: out, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Visível e invisível: A vitimização da mulher no Brasil**. 2017. Elaborado pelo Instituto Datafolha. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2019.

GODINHO, Tatau. A Ação Feminista Diante do Estado: as mulheres e a elaboração de políticas públicas. *In*: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria L.; NOBRE, Miriam (Org.). **Gênero nas Políticas Públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista**. São Paulo: SOF, 2000. p. 26-37.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 50.914**. Porto Alegre, 2013.

GUZMAN, Virgínia. A equidade de gênero como tema de debate e de políticas públicas. *In*: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria L.; NOBRE, Miriam. (Org.). **Gênero nas Políticas Públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista**. São Paulo: SOF, 2000. p. 63-86.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/6R1>. Acesso em jan., 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas. **Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/6R1>. Acesso em jan., 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Homicídios Mulheres**. Atlas da Violência. Sistema de Informações sobre Mortalidade. 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/40>. Acesso em: dez, 2018.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 86, p. 93-103, 2010.

MESA, Luana. Políticas públicas para as mulheres têm recorde de investimentos no Estado. **Governo do Estado Rio Grande do Sul**. Reportagem Online. 19 de jan de 2014. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/politicas-publicas-para-as-mulheres-tem-recorde-de-investimentos-no-estado>. Acesso em: dez, 2018.

MORENO, Renata Faleiros C. Ameaças do avanço neoliberal e conservador sobre a vida das mulheres. *In*: 5º Encontro Internacional de Política Social e 12º Encontro Nacional de Política Social. 2017. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**. Vitória: UFES, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/16556/11412>. Acesso em: mar., 2019

PEREIRA, Maria Erica Ribeiro; TASSIGNY, Mônica Motta; BIZZARIA, Fabiana Pinto de Almeida. Terceirização e Precarização do Trabalho na Política Pública de Assistência Social. **Rev. Administração Pública e Gestão Social**, v.9, n. 3, pp. 171-183, 2017.

PEREIRA, Potyara A. P. A intersectorialidade das políticas sociais numa perspectiva dialética. In: PEREIRA, Potyara. A. P. (Org.). **Política social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, p. 1-22, 2008.

QUIRINO, Raquel. Divisão sexual do trabalho, gênero, relações de gênero e relações sociais de sexo: aproximações teórico-conceituais em uma perspectiva marxista. **Trabalho & Educação**, v. 24, n. 2, p. 229-246, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero patriarcado violência**. 2ed. São Paulo: Expressão Popular - Fundação Perseu Abramo, 2015. 160p.

SANTA MARIA (Município). **Lei Nº 5481**, de 14 de julho de 2011. UNIFICA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL PERTINENTE AO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER. Câmara Municipal, SM, 14 de jul. de 2011. Artigo 99, Inciso III. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/santa-maria/lei-ordinaria/2011/548/5481/lei-ordinaria-n-5481-2011-unifica-a-legislacao-municipal-pertinente-ao-conselho-municipal-dos-direitos-da-mulher>. Acesso em: dez, 2018.

SANTA MARIA (Município). **Lei Nº 5548**, de 04 de novembro de 2011. DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES, SUA ORGANIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Câmara Municipal de Vereadores, SM, 04 de nov de 2011a. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/santa-maria/lei-ordinaria/2011/555/5548/lei-ordinaria-n-5548-2011-dispoe-sobre-o-conselho-municipal-dos-direitos-das-mulheres-sua-organizacao-e-da-outras-providencias>. Acesso em: dez, 2018.

VIEGAS, Cristiane. Patrulha Maria da Penha é instalada em Santa Maria. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. Reportagem Online. 01 de jul. de 2015. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/patrulha-maria-da-penha-e-instalada-em-santa-maria>.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Revista Temáticas**, Campinas, v. 22, n.44, p. 203-220, 2014.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília- DF, 1a edição, 2015. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acessado em: 15 mai. 2017.

6. ARTIGO 2 - "Se o Estado não protegeu antes da violência, ele tem que proteger depois": Dificuldades e estratégias para o desenvolvimento de ações de Enfrentamento à violência contra a mulher.

RESUMO

Este artigo é parte de uma pesquisa de mestrado que teve como objetivo caracterizar a Rede de Enfrentamento à Violência Contra às Mulheres no município de Santa Maria/RS. As participantes do estudo foram acessadas a partir da estratégia de amostragem Bola de Neve – *Snow Ball*, sendo a amostra construída a partir de indicações realizadas no decorrer das entrevistas. Participaram do estudo profissionais dos serviços especializados e não especializados da Rede de Atendimento, assim como atoras envolvidas em demais setores da frente de enfrentamento. Foram analisadas as principais dificuldades e estratégias relatadas pelas informantes na coleta da entrevista. Como principais dificuldades, foram apontados: a falta de investimento do Estado (visível na falta de recursos financeiros e na credibilidade para com o trabalho desempenhado); a desestruturação/fragmentação da Rede; a individualização/pessoalização do trabalho prestado. Como principais estratégias, foram visíveis a utilização de recursos individuais (resiliência, formação continuada, criatividade, estudo); formação de vínculos pessoais de trabalho; e o desenvolvimento do trabalho voluntário para suprir as lacunas. As conclusões apontam para uma rede despolitizada, fragilizada e distante de seus ideais garantidores da cidadania.

Palavras Chave: Colaboração Intersetorial; Políticas Públicas de Gênero; Violência Contra a Mulher

ABSTRACT

This article is part of a master's research that aimed to characterize the Combat Network of Violence Against Women in Santa Maria city, located in the center of the state of Rio Grande do Sul. Participants of the study were accessed by Snow Ball sampling method, that way the sample was constructed by the indication that came from the participants in the course of the interviews. The study included professionals from specialized and non-specialized services of the Care Network, as well as actors involved in other sectors of the Combat front. The main strategies and difficulties highlighted by the participants in their work with the combat of

violence against women were analyzed. The main difficulties for the development of the work, were pointed out as: the lack of State investment (shown by the lack of financial resources and the non-credibility with the work that is being performed); the restructuring/fragmentation of the Network; individualization/self-personalization of the work. As main strategies, the construction of personal ways of strategies (resilience, continuous training, creativity, study) was apparent; development of personal ties of work; and the employs of voluntary work to fill the gaps. The conclusions point to a depoliticized network, fragile and distant from its ideals of providing guaranteed citizenship.

Keywords: Gender Public Policies; Intersectoral Collaboration; Violence Against Women.

INTRODUÇÃO

A complexidade do processo de transição à democracia na década de 1990 permitiu a abertura para as demandas sociais, consideradas menos relevantes nas décadas passadas. Nesse contexto, as propostas feministas, embasadas pelas lutas das mulheres, e as questões relativas às diversas violências sofridas por elas, adquirem maior força. Em meio às lutas por direitos sociais, foram constituídas forças de trabalho em prol da construção de políticas que se preocupassem em atender, não somente à problemas específicos compartilhados por determinados grupos de mulheres, mas, fundamentalmente, em afetar os mecanismos que criam obstáculos para efetivação da igualdade de oportunidades. É apontada a necessidade de se construir uma institucionalidade Estatal responsável por trabalhar sobre as desigualdades de gênero (CONTERATTO; MARTINS, 2016; GODINHO, 2000; GUZMAN, 2000; MACHADO, 2016).

A atuação das frentes de luta e militâncias na política e no campo acadêmico possibilitou o reconhecimento das violências contra as mulheres como um problema social, fato que demanda estudos científicos e meios de enfrentamento a partir de Políticas Públicas, organizadas e viabilizadas pelo Poder Público (MACHADO, 2016). A definição de Políticas Públicas pode ser melhor explicada por Prá (2002), sendo o resultado das tensões entre sociedade e Estado, elaboradas como um conjunto de procedimentos que buscam transformar as demandas sociais em prioridade política, e em objeto de decisões governamentais. Dessa forma, os direitos sociais são concretizados e garantidos por lei, tendo diferentes atores, provenientes do Estado e da sociedade civil, envolvidos na sua resolução (PRÁ, 2002).

A partir de 2003, com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), uma série de ferramentas e propostas em gênero, principalmente no que tange ao enfrentamento à violência contra as mulheres, começaram a ser implementadas, visando um trabalho articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de ações não governamentais (BRASIL, 2011; 2011a; 2011b; 2013). Houve a ampliação das ações, que passaram a incluir a prevenção, a garantia de direitos e a responsabilização dos homens autores de violência, envolvendo profissionais e atores sociais de variadas frentes de trabalho, serviços e instituições. Assim constituída, a Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres encontra-se articulada a partir do princípio da intersetorialidade, ou seja, pressupõe a articulação/soma/síntese/rede de setores (ou até mesmo a própria superação da fragmentação destes) de forma a trabalhar a totalidade do problema social apresentado, contando com a participação do conjunto das organizações governamentais, não governamentais e informais, comunidades, profissionais, serviços, programas sociais, setor privado, bem como as redes setoriais (preconizadas pelas políticas pontuais) (BRASIL, 2011b; PEREIRA, 2008).

Contudo, é importante compreender a dinâmica geral do Estado no qual essas políticas estão sendo construídas, principalmente quando se discute políticas pontuais em relação às mulheres. Embora as políticas de Estado tenham característica de manutenção e garantia do bem-estar social, quem organiza estas políticas, em determinado momento, é um governo determinado, podendo, assim, serem incluídos em sua aplicação pontos de vista políticos, sociais e de classe (GODINHO, 2000). Desta forma, diante da ordem atual seguida pelo Estado vigente, a própria noção de aplicabilidade de uma rede intersetorial é colocada em pauta, visto que, embora haja esforços para a promoção de uma Política que seja adequada ao combate da problemática referida, as diretrizes tendem a adquirir funções, apenas, de suavização das tensões sociais, agindo de forma parcializada e fragmentada, sem visar eliminar as bases de sustentação geradoras do problema (BARBOSA, 2006; OLIVEIRA; AMORIM, 2012; YAMAMOTO, 2003).

A realidade das Políticas Públicas no Brasil, com a adoção das Políticas Neoliberais - que vêm se intensificando desde a década de 90 - direciona para um cenário de flexibilização e recuo do papel do Estado enquanto regulador, além da redução dos gastos públicos (BARBOSA, 2006; MORENO, 2017; PEREIRA, TASSIGNY E BIZZARIA, 2017). Segundo Montañó (1999) a implementação do projeto neoliberal acaba causando uma distorção no significado político do Estado e de demais organizações. Ainda, conforme o autor, é almejada uma "des-economização das relações políticas e a des-politização dos fenômenos tanto

econômicos quanto sociais; com isto obtém-se a des-historização do real (o pretendido fim da história)" (MONTAÑO, 1999, p. 57). Os valores advindos do neoliberalismo - individualismo, liberdade de expressão, produção em série, entre outros - colaboram com uma noção de relativismo. Politicamente, isto é um reflexo do redirecionamento das prioridades que passam a compor a agenda do Estado diante do projeto político neoliberal, características que vão de encontro aos ideais apontados pela ação intersetorial e de rede.

Diante do cenário de relativização e desinvestimento nas Políticas para as mulheres e demais aparatos para a suavização da questão social, buscou-se conhecer o atual funcionamento da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres no município de Santa Maria, interior do Rio Grande do Sul, analisando, como recorte, as principais dificuldades vivenciadas pelos atores e/ou profissionais que nela atuam, assim como suas estratégias para lidar com as dificuldades apresentadas.

MÉTODO

Esta discussão parte de uma pesquisa de mestrado que buscou explorar o desenvolvimento da Rede de Enfrentamento à Violência Contra às Mulheres do município de Santa Maria. A pesquisa se propôs a realizar um mapeamento, no qual foi possível analisar, a partir de entrevistas semiestruturadas, as orientações e ações executadas em meio às atividades desempenhadas na rede. Tratou-se de um estudo qualitativo de cunho exploratório, desenvolvido durante o ano de 2018.

A coleta foi conduzida a partir da estratégia de amostragem Bola de Neve (VINUTO, 2014), que possibilitou o fluxo de contato a partir de uma rede de indicações. Cada pessoa entrevistada foi responsável pela indicação de outros participantes, provenientes de sua própria rede de contato, para dar continuidade à amostra. No total, 11 pessoas fizeram parte da pesquisa, apontando diversas formas de ligação com relação à problemática, variando em agentes diretamente ligados com serviços especializados de atendimento, agentes de serviços de atenção primária, pessoas atuantes em universidades ou simpatizantes/militantes da causa. Destes 11 participantes, nove foram mulheres, o que justifica a flexão para feminino e apropriação de alguns termos. As participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e responderam a uma entrevista semiestruturada com 12 questões que remetiam a sua trajetória profissional e atuação direta na Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher na cidade. Por atuarem na rede, optou-se a denominação de “atoras” às participantes.

As entrevistas foram gravadas e transcritas, para, assim, poderem ser submetidas à análise de conteúdo (BARDIN, 2009), passando pelas etapas de pré análise, exploração do material e tratamento dos resultados, que possibilitou a construção, *a posteriori*, de categorias empíricas. A elaboração deste artigo partiu das respostas de duas perguntas: “Quais as principais dificuldades do seu trabalho?” e “Você consegue pensar em estratégias para enfrentar as dificuldades que encontra?”. A discussão de análise foi proposta a partir das seguintes categorias: "1- Dificuldades" e "2 - Estratégias".

Levando em consideração a flexibilidade possibilitada pela condução de um roteiro de entrevista semiestruturado, as respostas para as perguntas exploradas nem sempre apareceram de maneira organizada e completa apenas nas questões pautadas. Desta forma, a pré análise e a divisão do material ocorreu a partir da leitura exaustiva das transcrições, separação e categorização dos trechos que pudessem corresponder às categorias elencadas. Assim, foram enumeradas as unidades de registro, que se referem a palavras, frases e expressões que dão sentido ao conteúdo das falas e sustentam a definição das categorias. Para a última fase, de tratamento dos resultados, as categorias incorporam significados, derivados das inferências e interpretações acerca dos resultados de acordo com a fundamentação teórica construída.

1 – DIFICULDADES

A análise da categoria ‘Dificuldades’, aponta para a centralização de problemáticas no que envolve a falta de investimento e no resultante sucateamento das estruturas físicas e desvalorização de recursos humanos. Atenta-se para este quadro como propiciador de estratégias de trabalho individualizadas e de contextos em que os indivíduos se sentem descredibilizados em seu potencial criativo para propor soluções alternativas. Assim, a desestruturação proveniente da falta de investimento nas políticas de Enfrentamento foi apresentada pelas participantes em diversas esferas, sendo as principais reclamações a baixa remuneração e a falta de estrutura/ferramentas de trabalho.

A gente faz nosso trabalho da melhor maneira possível, mas a gente sabe que teríamos melhores condições se nós tivéssemos melhor pagamento (Entrevista 2).

Como é público a gente tem muita limitação né, aí entra desde o financeiro, até pra se deslocar[...] queria poder fazer mais coisas, mas é impossível fazer com as ferramentas que tu tem. E a gente entra num sofrimento quando a gente não consegue as coisas assim como a gente gostaria, né, então... claro, dificuldades a gente tem, mas a gente não pode desistir (Entrevista 11).

Também como forma de desinvestimento, é possível visualizar a falta de profissionais e de serviços na composição da Rede.

[...] na verdade o município está negligenciando uma atenção que, pra nós aqui, é relevante. A gente dá todo esse suporte, e depois assim, nosso trabalho parece que, sabe? Desanda... no sentido assim, a gente fortalece, as fortalece pra terem uma vida fora daqui, mas chega lá fora o que que elas vão fazer? (Entrevista 2).

Quando eu me pergunto assim a questão do porquê que eu acho que a rede não funciona, [...] é bem importante a gente lembrar a questão de não se ter uma Política Pública né pra isso, eu já falei e... e muito menos de governo, porque os últimos governos também não tem investido nisso, então assim fica aquela coisa assim de ah uma determinada gestão se começa a pensar e troca a gestão e ... e isso que nem se teve um movimento, um movimento muito frágil muito pequeno pra questão da violência (Entrevista 8).

O desinvestimento público nas políticas referentes à violência contra as mulheres aparece muito interligado com a não efetivação do trabalho em Rede. Este ponto denuncia uma a responsabilização Governamental pelo não funcionamento de serviços e pela falta de direcionamentos necessários.

Porque tu não tem uma rede de proteção que tu tinha que ter. Se o Estado não protegeu antes da violência ele tem que proteger depois! É isso que diz né, e daí não, não acontece nada pra quem não faz com que as coisas aconteçam. [...] a última vez que a gente foi na câmara de vereadores, falaram que não tinha dinheiro, [...] e esse papo de não tem dinheiro, engraçado, um governo tem dinheiro, passa governo não tem dinheiro né, daí ficam dizendo que não tem dinheiro, cadê o dinheiro? sumiu o dinheiro? se o imposto que eu pago é o mesmo né? (Entrevista 7).

[...] onde é que o Centro de atendimento à mulher? Não existe. [...] A gente falar é muito fácil, a gente quer ação, não adianta nós tá conversando e não te ação lá fora. Ela tá precisando dum emprego, ela tá precisando se inserir na sociedade. A onde tá o trabalho das políticas públicas pra ajudar? Nós não podemos fazer sozinha, nós temo o nosso trabalho, que é acolher (Entrevista 2).

[...] o que eu percebo é que falta um apoio da gestão muito grande, a gestão principal não enxerga as questões de violência, a rede de saúde mental que é uma das pontas muito importantes pra dar continuidade [...] ela não existe, né, pra mim assim, o fechamento do ambulatório de saúde mental, sobrecarga nos CAPS, né tudo isso ahn.. fechamento do hospital, ahn... unidade de internação psiquiátrica dentro do hospital que... tudo isso mostra uma falha muito grande na rede de saúde mental, então se essa linha, se essa ponta da rede não funcionar, que é primordial, não tem como a rede se formar (Entrevista 8).

Lidar com o poder público, lidar com políticas públicas, é muito delicado, porque tu precisa não só desse respaldo das pessoas, mas do Ente público, porque o conselho é um órgão da prefeitura né e se a gente não consegue uma agenda com o nosso prefeito, aí definitivamente a gente percebe que tá atada, que tá de mãos atadas assim (Entrevista 10).

O desenvolvimento de estratégias pessoais frente ao cenário de desinvestimento e fragmentação também são apontadas como dificuldades. As participantes relatam o desgaste pessoal e grande envolvimento com o trabalho desenvolvido como preocupações frequentes.

[...] essa questão de violência doméstica que, anh... que é uma questão que estressa, que gasta [...] quem está aqui dentro da delegacia trabalhando é porque quer e porque gosta, porque quem não, não consegue ter essa empatia com a questão ela vai embora, bem cedo, não consegue ficar (Entrevista 1).

[...] e acho que isso é uma das coisas porque, o que que acaba acontecendo, as pessoas acabam trabalhando aqui em cima óh, se matando aqui em cima, não conversam, fazem o que dá pra fazer (Entrevista 4).

Além do investimento emocional individual, também é possível visualizar que, em algumas situações, as participantes são obrigadas a investir financeiramente para o desenvolvimento de atividades.

[...] não é fácil, se fosse fácil todo mundo fazia, não é fácil fazer trabalho de base, trabalho com grupo de mulheres tudo, tem que insistir tu tem que botar do teu dinheiro, tu tem que investir teu tempo, teu recurso, tua energia [...] (Entrevista 9).

2 – ESTRATÉGIAS

Na categoria “Estratégias” são apontadas as soluções arquitetadas pelas participantes para dar conta das dificuldades oriundas do trabalho na Rede. Dentre as possíveis formas de lidar com as dificuldades, foi relatado o uso de estratégias pessoais. Essas, perpassam métodos de resiliência, uso da criatividade para lidar com as ferramentas disponíveis, tolerância, estudo e busca por formação continuada. Além da valorização dos vínculos pessoais como forma de apoio e o trabalho voluntário.

Olha, nós temos muita criatividade [risos], quando a gente não tem recurso a gente tem criatividade (Entrevista 1).

Estratégias pessoais daí né? é, é, eu tenho trabalhado muito a minha resiliência. E não só nesse momento e nesse grupo [grupo reflexivo com homens autores de violência], mas quando a gente trabalha com violência, a gente trabalha muito com a nossa resiliência como profissional. [...] resiliência também, no momento em que a gente faz todo um trabalho, com aquela pessoa, e ela sai dali e não tem ninguém, então ela cai num abismo né. Tu deixa ela preparadinha, vai, vai a lugar nenhum né, não tem pra onde ir muitas vezes, porque é uma rede que não tem apoio [...]. Então é muita resiliência nisso, a gente faz todo um trabalho, mas tu sabe que talvez ali na frente não vá ter continuidade e mesmo assim tu continuar fazendo (Entrevista 5).

Eu acho que é muito falho na formação, acho que é a grande lacuna que a gente tem na saúde são as questões de gênero né, e também a questão da violência [...]. Outra

questão que eu acho muito difícil é que a gente não aprende a trabalhar em rede né, eu comecei a aprender isso na residência multi... e acho que é por isso que eu tenho esse olhar também a partir dessa formação mais multiprofissional (Entrevista 8).

Eu sempre procuro estudar, eu leio, eu gosto de ler pra entender as questões assim, e a questão q eu uso muito é a questão da empatia, de me colocar no lugar das pessoas que tão vivenciando isso pra... pra tentar traçar um caminho que eu... que eu enquanto cidadã percorreria (Entrevista 9).

As estratégias pessoais podem aparecer como forma de tentar lidar com as dificuldades de maneira individualizada, mostrando uma interpretação que direciona à responsabilização destas atoras para que a construção da Rede seja efetivada.

[...] Então eu acho que o maior impacto é dormir hoje, acordar amanhã e dizer o que que eu vou fazer hoje pra modificar esse cenário? nós temos como fazer, é atuar no micro pra modificar no macro [...] as pessoas não são mais importantes, a gente tá num mundo em que as coisas são mais importantes então a gente tá nessa caos, mas a gente tem que criar essa rede (Entrevista 6).

Ainda dentro da categorização de estratégias pessoais, as participantes salientam a importância da articulação e mobilização de outros setores. A mobilização serve para que se melhor aborde questões relacionadas à prevenção da violência de forma a fortalecer o canal de comunicação e aproximação entre as estratégias e a comunidade.

[...] porque tu tando no meio tu, tu conhece né. Por exemplo, te chamam pra falar num determinado lugar, a [delegada] vai tá junto. Te chamam pra tal lugar, a enfermeira que trabalha com isso tá junto. Então tu acaba, tu acaba trocando, conhecendo, né. E, e, e, cada uma sabe o que a outra faz. Mas pessoalmente, parece que é muito mais pessoalmente do que, do que institucionalmente (Entrevista 4).

Falando em rede, eu acho que é fundamental a gente se enxergar dessa forma, sabe, tem alguém lá na academia no terceiro semestre, tem uma mestranda tem um advogado tem uma psicológica tem um juiz tem uma delegada, e tudo isso a gente tem que se olhar e tem que enxergar uma linha, sabe de... dizer assim tá eu sei que eu posso contar (Entrevista 6).

A maior estratégia é o apoio, é a rede [pessoal] [...] tem as parceiras, tem um pessoal que é todo...noutras pessoas que também... as reuniões que a gente faz [se referindo as reuniões do GT violência] é participando de grupo de enfrentamento, é pra gente se apoiar pra gente não desistir, porque se a gente começar a olhar pra essas dificuldades, a gente desiste se não tiver apoio, “não vamo lá gente, vamo ir no MP [ministério público], ver documento, vamo movimentar isso [...] tu ve que não tá sozinha lutando faz muita diferença” (Entrevista 11).

Entretanto, é possível visualizar que nem todas participantes parecem conseguir estabelecer esse contato com outros setores, visto que este contato provém da construção de uma rede pessoal - e não institucionalizada – efetiva, formada pelas atoras na realização de um trabalho auxiliar.

[...] eu acho que o trabalho é principalmente da nossa psicóloga, nossa equipe da enfermagem aqui, não da rede (Entrevista 2).

Um ponto de destaque parte da prestação do trabalho voluntário como estratégia de fortalecimento da Rede. Esse apoio provém, na maioria das vezes, do auxílio das universidades, mostrando que aproximação com a comunidade, em determinados momentos, é articulado com características de oferta de serviço.

[...] mas o que nós temos aqui são 2 faculdades, a [nome da Instituição] e a [nome da Instituição] né que nos tem possibilitado esse acompanhamento além de psicólogas voluntárias que atuam aqui também então... é o que a gente ta... ah é tem outro serviço que eu tinha esquecido que é de oficinas de parentalidade, pessoal da [nome da Instituição] faz também, que a gente encaminha as pessoas pra lá também (Entrevista 3).

A principal problematização, aqui, centra-se no papel da universidade como prestadora de um serviço que deveria ser de responsabilidade do Estado, fator que se difere, essencialmente, do trabalho que seria prestado com formação em atividades de extensão e pesquisa. Destaca-se que este voluntariado, muitas vezes, é a única forma de vínculo prestado por algumas categorias profissionais nos serviços.

A gente tem psicólogos voluntários pra quem a gente direciona as famílias que aceitam ne, a gente tem as faculdades de psicologia que também dão suporte, a gente tem os voluntários que trabalham com justiça restaurativa, agora nós estamos iniciando grupos de diálogos de homens e vamos iniciar em breve grupo de diálogos de mulheres, são basicamente esses os encaminhamentos (Entrevista 3).

O vínculo voluntário aparece como uma estratégia para lidar com a falta de profissionais, podendo, em algumas falas, passar por uma compreensão de responsabilidade civil para auxílio com a problemática.

[...] cursos de amparo, digamos assim, é fundamental pra auxiliar, quando a gente pensa o que a gente pode fazer, vocês três, tem um objetivo em comum, criem um projeto, cheguem no [juizado] e digam: “uma vez por semana eu gostaria de vir aqui e oferecer atendimentos psicológicos gratuito”, vocês conseguem isso, ele [o juiz] vai te dar abertura, sabe, criar uma periodicidade, fazer um projeto que tenha um cunho permanente, nunca é, mas que tenha algo mais duradoura (Entrevista 6).

A partir da apresentação das categorias, propõe-se a discussão conjunta das mesmas, refletindo sobre as implicações das respostas das participantes sobre dificuldades e estratégias no trabalho frente a violência contra as mulheres. Desta forma, convém propor questionamentos a respeito do que as participantes apresentaram como queixa, perguntando, afinal, qual a real motivação desta atual conjuntura? Como se explica o distanciamento das

estratégias propostas nos documentos oficiais para a realidade apresentada no município? O que justifica a existência destas dificuldades na realização do trabalho com o Poder Público em relação às mulheres? Tendo estas inquietações como norte, é proposta a argumentação a seguir.

DISCUSSÃO

A discussão a respeito dos resultados foi construída partindo das similaridades vistas no conteúdo das falas, além dos sinais de mediações que podem ser traçados entre as problemáticas descritas. Como ponto inicial, convém tomar nota sobre a atual conjuntura política em termos de Federação, Estado e Município, compreendendo o fenômeno acima apresentado, principalmente, partindo das demarcações e limitações apresentadas pela agenda neoliberal (ANTUNES, 2009; MORENO, 2017). O Estado do Rio Grande do Sul foi, de 2013 à 2015, articulado a partir dos princípios da Rede Lilás: Rede de Enfrentamento e Atendimento Especializada à Mulheres em Situação de Violência (RS, 2013), que foi responsável por compor estratégias de fortalecimento dos espaços estaduais e municipais específicos para a aplicação das Políticas Públicas para as mulheres, dispondo de ferramentas para o combate dos mais variados tipos de violências. A implementação da Rede Lilás, representou o recorde de investimento do Estado com Políticas para as Mulheres, gerando, na época, a ampliação da oferta de serviços direcionados às mulheres e a formação e capacitação em políticas de gênero (MESA, 2014). Nas comparações entre o Brasil e o Rio Grande do Sul, verifica-se, em algumas situações, que o estado encontrava percentuais de investimentos e implementações mais elevados do que o país. Conforme dados do IBGE (2010; 2014) a proporção de municípios com estrutura para gestão das Políticas Públicas de gênero (contando com um órgão gestor com capacidade para formular e implementar políticas voltadas para as mulheres) em 2009 era de 18,7% a nível Federal, e 18,3% a nível estadual. Em 2013, houve um aumento considerável nesse percentual, que passou a ser 27,6% em nível Federal e 30,8% em nível estadual (MARTINS, CONTERATTO, 2018; IBGE, 2010; 2014).

Estes dados, contudo, sofrem significativas mudanças após o início de um período de crise política e orçamentária. A crise administrativa, relativa à reforma ministerial de 2015, resultou na redução dos investimentos e direcionamentos de gastos específicos para as políticas para as mulheres, tendo como desfecho desta situação a perda do *status* de ministério da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) e, em

nível estadual, a extinção da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul (SPM-RS) (CONTERATTO; MARTINS; LEAL, 2017). Como reflexo imediato da redução, há um corte significativo nas verbas destinadas aos serviços de Atendimento (conforme apontado na entrevista 8), assim como no financiamento de ações, estratégias e pesquisas direcionadas à temática. Diante disso, artifícios que ainda estavam em fase de consolidação perdem sua força motriz de desenvolvimento, com o desestímulo adicional da redução de verbas, estagnação ou redução de salários, fechamento de serviços, entre outros fatores que colaboram para o não funcionamento e não desenvolvimento de planos voltados para política de enfrentamento à violência.

Este cenário foi exposto pelas participantes que, em diversos momentos parecem vivenciar consequências desses cortes, como a falta de recursos (mais explicitado nas entrevistas 2, 8 e 11) e falta de serviços para onde direcionar a mulher (entrevista 2). Algumas falas trazem uma construção histórica, baseada na memória das entrevistadas, a respeito de outros momentos da gestão nos quais houveram diferentes formas de funcionamento e priorização do investimento público nos setores ligados com as políticas para as mulheres (entrevistas 7 e 8). Assim, é aberto o questionamento sobre o atual direcionamento de gastos, responsabilizando a falta de apoio da gestão atual para com a situação exposta.

Conforme anteriormente exposto, a falta de investimento tem como consequência a diminuição de profissionais contratados, a redução dos salários, bem como a fragmentação dos serviços que fazem parte das frentes de trabalho. A trajetória dos serviços, os investimentos a ele direcionados e a integração de objetivos na Rede ficam condicionados aos momentos e interesses políticos da gestão, comprometendo a qualidade e a constância das estratégias e serviços prestados. De acordo com Yamamoto (2007), as dificuldades caracterizadas vão ao encontro do fenômeno da precarização. Segundo o autor, a precarização é traduzida, por meio de dois mecanismos: a descentralização dos serviços (que implica na responsabilização individual/local e oferta de serviços deteriorados e sem financiamento) e a focalização (especificidade no atendimento).

Nesse sentido, chama atenção as estratégias que abordam questões referentes ao trabalho voluntário (entrevistas 3 e 6). Yamamoto (2007) discute o aspecto regressivo do gasto público no setor social - representado neste estudo pelas políticas para as mulheres - a partir do esforço para que se criem maneiras de suprir as lacunas geradas pela falta de estrutura e redução do financiamento Estatal. Desta maneira, abre-se espaço para a (re)filantropização das respostas à questão social, ou seja, a transferência para o âmbito da sociedade civil parte da responsabilidade pela oferta de serviços – apresentado, dentre outras

formas, pelo trabalho voluntário. Embora a discussão sobre o voluntariado seja extensa e controversa, é importante salientar sobre esta argumentação o movimento de despolitização desta Rede. Este fenômeno, é apontado por Barbosa (2006) como a intensificação da noção de distanciamento entre a política e o 'direito a ter direitos', retirando o Estado do posto de garantidor de bem-estar social.

Ainda, há o ponto a respeito da construção dos vínculos a partir de manejo pessoal pelas participantes (fator possível de ser visualizado em todas as entrevistas, mas mais especificamente apresentado nas falas relativas às entrevistas 1, 4, 5, 6 e 11), sendo a formação da rede (mais facilmente visualizada na ligação entre os serviços da Rede de Atenção) muito voltada para o grupo de apoio individual de cada informante. A característica de rede de contatos, apontada pelas participantes, pode ser descrita conforme categorização de Rede Social, apresentada por Marteleto (2001). Na Rede Social, há a valorização dos elos informais e das relações, em detrimento das estruturas hierárquicas. As atoras utilizam das redes como uma estratégia de ação no nível pessoal ou grupal, gerando instrumentos de mobilização de recursos (MARTELETO, 2001; ROGERS; KINCAID, 1981). Dessa perspectiva, as redes propostas por 'vínculos pessoais', que foram tomadas como subcategoria de análise a partir das falas referentes à categoria 'Estratégias' (e as relações que as constituem), são também pensadas a partir dos fluxos de informações, objetos e pessoas que nela transitam. Diante deste contexto, se percebe a importância da escolha da determinada técnica de amostragem (*Snow Ball*) para o acesso às participantes, visto que a formação de redes pessoais não se encontra institucionalizada, portanto, não é acessível para os sujeitos que estão fora dela.

Ainda, é importante chamar atenção para a complexidade do fenômeno violência e da necessidade de amparo e preparação das atoras/es para um trabalho voltado a essa temática. O sofrimento é presente em algumas falas (entrevista 1 e 11), o que atenta para a difícil tarefa de lidar com um fenômeno complexo de maneira individualizada, fragmentada e unilateral. Diferente do que é demonstrado como principal estratégia pelas participantes, a forma de lidar com essas problemáticas não deve perpassar a responsabilização individual das envolvidas, mas sim de uma responsabilização do Estado para com o financiamento com formações para os agentes, conferências, regulamentações e com a atenção voltada para a avaliação e acompanhamento da aplicação das políticas, de acordo com os preceitos direcionados pelas políticas de Enfrentamento, garantindo que sejam possíveis ações de intersetorialidade, além da realização periódica de uma avaliação dos programas introduzidos, para que se verifique se os objetivos iniciais desses programas estão sendo alcançados de maneira efetiva

(CONTERATTO; MARTINS, 2016). Dessa forma, também é necessário atentar para a formação desses profissionais, prezando pela superação dos saberes fragmentados e direcionando para uma melhor preparação para um trabalho intersetorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo possibilitou a construção de categorias de análise que, embora pautadas de forma separada, construíram uma discussão interligada. As dificuldades apresentadas pelas participantes foram compreendidas a partir de uma relação de mediação com as estratégias articuladas por elas. As subcategorias elencadas corroboram com esta ideia.

Chama atenção a forma como todas as demais categorias e subcategorias parecem ser causa de um problema que, para esta análise, se mostrou originário. A falta de investimento nas políticas para as mulheres – que foram apresentadas a partir de variações entre a falta de recursos financeiros para a viabilização do trabalho, falta de credibilidade nas estratégias elaboradas e dificuldades no desempenho de um trabalho intersetorial -, parece nutrir as demais dificuldades e fomentar as possíveis estratégias realizadas pelas informantes. Uma rede torna-se desestruturada quando não há investimento e, por conta da desestruturação, surge a necessidade de que os sujeitos nela (e por ela) envolvidos busquem estratégias para lidar com a realidade que lhes é apresentada, que se encontra permeada pela fragmentação.

A fragmentação se torna uma marca do distanciamento da aplicabilidade da Rede de Enfrentamento para com os preceitos que sua cartilha prega. Não existe intersectorialidade em uma rede fragmentada. Não existe rede quando há fragmentação.

Os direcionamentos apontam para uma alarmante despolitização da rede em questão, fenômeno que ocorre, também, como reflexo de uma conjuntura política de cortes e desinvestimentos nas estratégias de amenização da questão social. As estratégias que ainda conseguem se manter atuantes se tornam cada vez mais fragmentadas, individualizadas e desvinculadas de suas características sociais e de garantia de direitos. Esse impasse, além de resultar na fragilidade na atenção prestada, dificulta no reconhecimento da Rede como uma ferramenta de caráter público, de defesa do interesse geral e da cidadania.

A individualização/pessoalização do trabalho das atoras/es aparece como marca frequente desse processo de fragmentação, no qual os indivíduos parecem tomar para si a responsabilidade de uma política desinvestida, tentando dar conta dos obstáculos concretos que fazem parte das diversas expressões da violência. As ações voluntárias são um exemplo

claro da problemática que envolve a responsabilização da sociedade civil ao buscar dar conta de estratégias de ação fragmentadas que, além de dar abertura para a preocupante precarização do trabalho das participantes envolvidas.

Há uma falha no fluxograma de serviços, que não possibilita o encaminhamento da mulher atendida para serviços de acompanhamento. As estratégias que fazem parte da Rede de Enfrentamento atuam de maneira unilateral, sem ligação com outros setores/serviços, acarretando no aumento da responsabilização individual de cada sujeito para com o funcionamento e resolubilidade de um problema que, estruturalmente, exige de uma mobilização muito maior do que apenas um serviço pode prestar. Além disso, há uma aparente lacuna na formação e capacitação de profissionais, que seguem desassistidos e amparados por uma base de conhecimento ainda segmentada e unilateral, que não os direciona para o trabalho intersetorial e transversal.

É importante lembrar que a expressão da violência contra a mulher se dá em uma relação de complexidade. A violência é um fenômeno complexo e, por isso, as possíveis maneiras de se planejar seu enfrentamento perpassam por estratégias que levam em conta as formas de abordar a totalidade do problema. Nesse ponto, a estrutura das políticas que visam promover o enfrentamento das violências que são sofridas pelas mulheres tem como princípio a superação do reducionismo, da fragmentação, apostando na totalidade das ações. A gestão da violência de forma intersetorial nas políticas compreende que as soluções para a violência não são compartimentadas, elas são interligadas, regem ações entre os setores. Não cabe esperar que parta da sociedade civil a resolubilidade do problema (a partir de ações sociais). Não cabe somente aos órgãos jurídicos (além do mais, violência não é apenas um problema penal). Não cabe somente a saúde.

Embora a responsabilização sobre as problemáticas apresentadas recaia sobre o Estado e sua falha no investimento e execução das soluções para o problema público, é preciso atentar, também, para outro ponto que diz respeito à ferramenta de gestão que direciona as políticas de gênero: a união de forças no ideal de que a agenda contra a desigualdade de gênero esteja presente institucionalmente, sendo claro em cada órgão a ideia de que “[...] que homens e mulheres não possuem os mesmos problemas e necessidades, mas devem possuir os mesmos direitos” (BRASIL, 2011, p. 6), na construção de uma cidadania que inclua e não exclua.

As relações entre agentes governamentais e atoras/es envolvidos em iniciativas em que se pretende transversalizar a perspectiva da igualdade de gênero é um fator importante para o seu sucesso. Para isso, faz-se necessário articular apoios à agenda das mulheres tanto dentro

quanto fora do governo. Dessa forma, unir forças significa compreender que o que parte do individual não tem o poder suficiente para modificar uma estrutura. Tendo o Estado como regulador, o controle social sobre a ação governamental é um dos meios que asseguram Políticas Públicas democráticas e inclusivas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural. **Theomai**, n. 19, 2009.

BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Rede de enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011b. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: set, 2017.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011a. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>. Acesso em: set, 2017.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulher, 2011. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/pacto-nacional>. Acesso em: set, 2017.

CONTERATTO, Deisi; MARTINS, Clítia Helena Backx; LEAL, Andréa Fachel. Análise da qualidade deliberativa na gestão de políticas públicas intersetoriais de gênero do Rio Grande do Sul. In: **VII Seminário Nacional de Sociologia e Política Direitos humanos e democracia perspectivas e desafios contemporâneos**. 2017. Anais... Curitiba: UFPR, 2017. Disponível em: http://e-democracia.com.br/sociologia/anais_2017/trabalhos_por_area/index.php. Acesso em: nov., 2018.

CONTERATTO, Deisi; MARTINS, Clítia Helena Backx. Texto Para Discussão FEE, n. 144. **Transversalidade e integração em políticas públicas de gênero: análise da Rede Lilás no Rio Grande do Sul**. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, Porto Alegre, 2016.

Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/tedes/transversalidade-e-integracao-em-politicas-publicas-de-genero-analise-da-rede-lilas-no-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: nov., 2018.

GODINHO, Tatau. A Ação Feminista Diante do Estado: as mulheres e a elaboração de políticas públicas. In: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria L.; NOBRE, Miriam. (Orgs.). **Gênero nas Políticas Públicas**: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista. São Paulo: SOF, 2000. p. 26-37.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 50.914**. Porto Alegre, 2013.

GUZMAN, Virgínia. A equidade de gênero como tema de debate e de políticas públicas. In: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria L.; NOBRE, Miriam. (Orgs.). **Gênero nas Políticas Públicas**: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista. São Paulo: SOF, 2000. p. 63-86.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Perfil dos Municípios Brasileiros 2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2009/default.shtm> Acesso em: 04 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Perfil dos Municípios Brasileiros 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2013/default.shtm> Acesso em: 04 jan. 2019.

MACHADO, Lia Z. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado: contextos e incertezas. **Cadernos Pagu**, n. 47, p. 5-40, 2016.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da informação**, v. 30, n. 1, p. 71-81, 2001.

MARTINS, Clitia Helena Backx; CONTERATTO, Deisi. Políticas públicas de gênero: estrutura e gestão nos municípios brasileiros. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 45, n. 3, p. 101-114, 2018.

MESA, Luana. Políticas públicas para as mulheres têm recorde de investimentos no Estado. **Governo do Estado Rio Grande do Sul**. Reportagem Online. 19 de jan. de 2014. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/politicas-publicas-para-as-mulheres-tem-recorde-de-investimentos-no-estado>. Acesso em: jan., 2019.

PEREIRA, Maria E. R.; TASSIGNY, Mônica. M.; BIZZARIA, Fabiana P. A. Terceirização e Precarização do Trabalho na Política Pública de Assistência Social. **Rev. Administração Pública e Gestão Social**, v.9, n. 3, pp. 171-183, 2017.

PEREIRA, Potyara A. P. A intersetorialidade das políticas sociais numa perspectiva dialética. PEREIRA, Potyara. A. P., (Org.). **Política social**: temas e questões. São Paulo: Cortez, p. 1-22, 2008.

PRÁ, Jussara. R. Políticas Públicas de gênero e governabilidade. In: **Políticas para a mulher**. Relatório da Gestão 1999-2002 do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher. Brasília/DF, 2002.

ROGERS, Everett M.; KINCAID, D. Lawrence. Communication networks: Toward a new paradigm for research. New York: **Free Press**, 1981. 386 p. Disponível em: <https://www.popline.org/node/400732>

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Revista Temáticas**, Campinas, v. 22, n.44, p. 203-220, 2014.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime *et al.* Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 30-37, 2007.

YAMAMOTO, Oswaldo H. Questão social e políticas públicas: Revendo o compromisso da Psicologia. In: BOCK, Ana Mercês Bahia (Org.). **Psicologia e compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003, p.37-54.

BARBOSA, Lia Pinheiro. Significados do Terceiro Setor: de uma nova prática política à despolitização da questão social. **Sociedade e Cultura**, v. 9, n. 1, p. 173-186, 2006.

MONTAÑO, Carlos. Das “lógicas do Estado” às “lógicas da sociedade civil”: Estado e “terceiro setor” em questão. **Serviço Social & Sociedade**, v. 59, p. 47-79, 1999.

OLIVEIRA, Isabel Fernandes de; AMORIM, Keyla Mafalda de Oliveira. Psicologia e política social: o trato da pobreza como “sujeito psicológico”. **Psicologia Argumento**, v. 30, n. 70, 2012.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência é um fenômeno complexo. Essa complexidade é referida por tornar-se necessário compreendê-la como consequência de um momento histórico, político e social. Nesta perspectiva, a violência contra a mulher encontra sua expressão marcada por significados que são anteriores ao ato violento, que carregam marcas de uma história permeada por hierarquias, opressões e dominações que se desenvolvem e se adaptam aos contextos atuais. O compromisso social com o ajuste das Políticas Públicas para com a real articulação de ações que possam dar conta de um enfrentamento às violências contra as mulheres deve prezar por um olhar integral, que perpassasse diferentes conhecimentos, mobilize diversos setores e garantam uma postura multifacetada para seu enfrentamento. A gestão a partir da transversalidade e as estratégias intersetoriais são o que garantem esse tipo de atenção.

A Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher prevê conexão. Desta forma, a capacidade de intervenção do poder público depende da incorporação de novas visões e redefinição de prioridades políticas, assegurando a horizontalidade entre os setores e a superposição de ações que possibilitem cooperação no desenvolvimento de soluções para problemas complexos. A articulação entre atores sociais e institucionais por meio de redes facilita a mobilização de recursos e práticas afirmando o olhar multifacetado ao fenômeno nos diferentes setores das Políticas Públicas, no intuito de criar soluções para problemas cuja atuação unilateral dos distintos setores não é capaz de conseguir. O trabalho em rede predispõe de um olhar transversal para a atenção dada à mulher em situação de violência, contando com um fluxograma de atendimento que incorpore o acompanhamento da mulher nos serviços, responsabilização do agressor, garantia de abrigo, cuidado em saúde, judicialização adequada e fortalecimento/(re)empoderamento.

Entretanto, embora no Brasil tenham ocorrido diversos avanços quanto às legislações, Políticas Públicas e construção de serviços direcionados à atenção às mulheres em situação de violência (como delegacias de defesa da mulher, casas abrigos, juizado especializados, defensorias da mulher, entre outros), ainda existe uma série de obstáculos a serem vencidos. Tendo como objetivo principal analisar o papel dos serviços da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher no município de Santa Maria - RS buscou-se, por meio dos objetivos específicos, mapear serviços, atentando para a atuação dos profissionais, descrevendo sua atuação, orientações e encaminhamentos prestados e visualizando quais os

tipos de articulações intersetoriais e socioassistenciais eram oferecidas. Entretanto, é sabido que o pleno funcionamento da Rede não depende só de seus agentes, mas sim de um plano político e uma gestão atenta e prestativa para com os problemas específicos no qual a rede visa solucionar. Desta forma, foi importante pensar nas dificuldades que interferem para que o trabalho seja viabilizado, assim como nas estratégias encontradas para superar esses obstáculos (ou, pelo menos, buscar lidar com eles).

Diante da não possibilidade de constituição de um mapeamento oficial que desse direcionamento à busca pelos caminhos e laços da Rede em questão, optou-se pelas indicações como forma de buscar o engajamento dos indivíduos e as ações que, por ventura, não fossem passíveis de institucionalização. A partir da Delegacia Especializada (DEAM), foi constituído um caminho de afinidades e estratégias pessoais que direcionavam ao atual funcionamento da atenção à mulher na cidade. A estratégia de amostragem em Bola de Neve foi fundamental para esse percurso, possibilitando o acesso às participantes de maneira fluída, ocasionando a aproximação e comprometimento das(os) atoras(es) para o desenvolvimento da pesquisa e resposta das perguntas – que no fim também se tornaram questionamento deles próprios. Foi comum a inquietação das participantes em solicitar um retorno dos dados, e respostas para as perguntas que estavam sendo direcionadas a elas. Esta inquietação mostra, mais uma vez, o envolvimento pessoalizado e individualizado destas(es) atoras(es) para/com as ações desenvolvidas, tomando para si a responsabilização do “não saber”.

Admite-se, ainda, que a escolha pelo processo ser conduzido a partir de indicações pode se constituir um viés para a produção e análise dos dados, uma vez que desconsidera estratégias que não perpassam pela proximidade das participantes as quais foram obtidos os contatos. Este caminho também é compreendido como limitações da pesquisa, que devem ser previstos e medidos diante da escolha do instrumento e adaptação deste à pergunta norteadora e ao contexto de coleta.

No decorrer de todo o processo de escrita e elaboração da pesquisa foram consideradas as relações sociais e construções de gênero. Das 11 entrevistas realizadas, nove das participantes foram mulheres e apenas dois homens. Dessa forma, levando em consideração que a violência contra as mulheres é um agravo ancorado na opressão e desigualdade, e respeitando o fator de que as participantes deste estudo tenham sido predominantemente mulheres, optou-se por priorizar referência a elas na forma do feminino. Cabe, também, salientar o grande comprometimento dos dois participantes homens com as construções relativas à problemática da violência contra a mulher. O engajamento e o interesse

proveniente de homens a respeito das construções de gênero e opressões que são externalizadas a partir de atos de violência contra a mulher fazem com que o trabalho adquira um olhar cuidadoso e comprometido.

No decorrer da coleta, foi necessária a condução das entrevistas de forma que as participantes pudessem explorar em suas respostas não apenas aspectos específicos a respeito dos serviços ou da atuação profissional, mas que pudessem utilizar este espaço inclusive para pensar em estratégias totalizantes e trabalhos que, intersetorialmente, se complementem. Entretanto, a rede se revelou composta por “teias” (conforme foi citado por uma participante) e, embora sendo constituída por atoras(es) que fazem parte de diversas frentes de trabalho, externou ser formada por ligações frágeis, delineadas por situações e dependentes de conexões que partem do interesse e responsabilidade pessoal destes atores. De maneira geral, foram identificadas as principais orientações, ações e encaminhamentos desenvolvidos pelos autores, embora não tenha parecido cabível a descrição da atuação dos profissionais. A compreensão do contexto de pesquisa apresenta uma realidade na qual o cuidado para a não responsabilização dos atores deve ser resguardada, uma vez que, a própria segregação dos processos de trabalho conduz a responsabilização individual, aspecto discutido pelos resultados obtidos na coleta. Assim, a referência de trabalho é dada a partir da atuação conectada entre os próprios serviços da saúde, serviços jurídicos e algumas ações pontuais intersetoriais.

O crescente desinvestimento nas políticas para as mulheres impõe desafios para a composição de estratégias. Além da falta de recursos, a redução de custos e investimentos têm mostrado uma crescente preocupação para a atuação em rede, que é visualizada, cada vez mais, de forma fragmentada e fragilizada. A precarização do serviço público, marcada pela redução do Estado em favor do mercado, pelo fechamento de serviços e pelo desenvolvimento de ações filantrópicas e assistencialistas provoca o agravamento da fragmentação visualizada. O desenvolvimento de estratégias pontuais, acabam investindo em estratégias isoladas, tornando mais difícil a efetivação de um vínculo entre setores, que acabam, por fim, se isolando em funções específicas. Desta forma, os serviços apresentam característica de somatória ou justaposição de intervenções, o que é apresentado como “teia” e não como “rede”, visualiza-se uma configuração assistencial que acaba por reforçar a ‘rota crítica’ das mulheres.

Frente a essas questões, convém direcionar possíveis continuações para este processo, indicando mecanismos que possam levar à uma melhor perspectiva. Nesse sentido, é

retomado o ideal transversal de horizontalizar o acesso às discussões e lutas, em prol de diminuir as barreiras entre as frentes de ação. É necessário investir em ferramentas que facilitem o acesso à informações – como aplicativos de celular que facilitem o contato emergencial, que apontem estratégias e serviços de atendimento disponíveis na região, entre outras tecnologias já exploradas –, mas principalmente, é necessário expandir o diálogo sobre a violência e leva-lo para fora do ambiente acadêmico, proporcionando ambientes de troca, de união e de fortalecimento entre mulheres.

Este estudo contribuiu para a construção do conhecimento a respeito dessa articulação e das principais estratégias desenvolvidas pelos atores envolvidos nas ações de enfrentamento a violência contra a mulher no município, como um mapeamento “informal” das possibilidades. Ressalva-se que a contribuição é um recorte, um olhar a partir de uma perspectiva teórica que, embora científica, não se constitui pela neutralidade. O mapeamento apresentado serve, ainda, como uma marcação situacional das estratégias que atualmente se mantêm em desenvolvimento frente aos empasses diários consequentes da atual gestão Estatal, marcada por retrocessos, descréditos e desinvestimentos. Retoma-se para urgência em buscar arranjos que ultrapassem a segmentação na organização e produção do conhecimento, superando a realidade da especialização disciplinar e das práticas sociais fragmentadas, que, frente à complexidade do fenômeno e a especificidade da estrutura socioeconômica e cultural do país, se constituem num entrave para a busca de soluções do problema público.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, V.; TARTARI, L. & BUENO, T. **Retrato da Violência Contra a Mulher no RS**. Projeto por dataviz para o concurso Decoders RS, 12º FISL. 2012. Disponível em: <http://retratodaviolencia.org/RS/#santa-maria>. Acesso em out, 2017.

BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições, v. 70, 2009. p. 225.

BARSTED, Leila de A. L. Em busca do tempo perdido Mulher e políticas públicas no Brasil 1983-1993. **Estudos feministas**, p. 38-54, 1994. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/24327160?seq=1#page_scan_tab_contents

BEAUVOIR, Simone. **Le Deuxième Sexe.**, Paris: Gallimard, 1949. 2 vols.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: A condição feminina e a violência simbólica**. 6.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: BestBolso, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Centro de Documentação e Informação (CEDI), 2013. 464 p. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html. Acesso em: set, 2017.

BRASIL. Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Resolução nº 11, de 2017. Senado Federal. **Dialogando sobre a Lei Maria da Penha**. Cadernos EAD. Brasília: ILB, 2017. Disponível em: <https://saberes.senado.leg.br/>. Acesso em: abr, 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Lei Mª da Penha. Diário Oficial da União, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Rede de enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011b. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: set, 2017.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulher, 2007. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/ouvidoria-da-mulher/pacto-nacional/publicacao-pacto-2007.pdf>. Acesso em: jan, 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulher, 2011. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/pacto-nacional>. Acesso em: jan, 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011a. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>. Acesso em: set, 2017.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. 104 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf. Acesso em: set, 2017.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. 104 p. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/plano-nacional-politicas-mulheres.pdf>. Acesso em: set, 2017.

BRONZO, Carla. **Intersetorialidade como princípio e prática nas políticas públicas: reflexões a partir do tema do enfrentamento da pobreza**. XX Concurso del CLAD sobre Reforma del Estado y Modernización de la Administración Pública “¿Cómo enfrentar los desafíos de la transversalidad y de la intersectorialidad en la gestión pública?”. Caracas, 2007. Disponível em: <https://cladista.clad.org/bitstream/handle/123456789/4504/0056806.pdf?sequence=1&isAllo wed=y>. Acesso em: abril, 2019.

CERQUEIRA, Daniel (Coord.) et al. **Atlas da violência 2018**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: IPEA, 2018. Acesso em: 05 de jan. de 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em: out, 2018.

CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 132, p. 211-230, ago. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000200211&lng=pt&nrm=iso. Acesso em jan, 2019.

CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. **Revista Ser Social**, v. 10, n. 22, p. 69-96, 2008. Disponível em: http://ojs.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12960. Acesso em: jan, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Conselho Federal de Psicologia. Brasília, DF, 2005.

CONTERATTO, Deisi; MARTINS, Clitia Helena Backx. Texto Para Discussão FEE, n. 144. **Transversalidade e integração em políticas públicas de gênero: análise da Rede Lilás no Rio Grande do Sul**. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/tesdes/transversalidade-e-integracao-em-politicas-publicas-de-genero-analise-da-rede-lilas-no-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: nov., 2018.

CONTERATTO, Deisi; MARTINS, Clítia Helena Backx; LEAL, Andréa F. Análise da qualidade deliberativa na gestão de políticas públicas intersetoriais de gênero do Rio Grande do Sul. *In: VII Seminário Nacional de Sociologia e Política Direitos humanos e democracia perspectivas e desafios contemporâneos*. 2017. Curitiba/PR. **Anais...** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2017. Disponível em: http://e-democracia.com.br/sociologia/anais_2017/trabalhos_por_area/index.php . Acesso em: dez, 2018.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias e Conversas de Mulher**. 1ª ed. São Paulo: Planeta, 2013.

FALEIROS, Eva. T. S.; FALEIROS, Vicente. P. **Circuito e Curtos-Circuitos: Atendimento, Defesa e Responsabilização do Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Brasília: Veras Editora, 2001.

FALEIROS, Vicente. P & RAPOZO, Janeska. M. T. Efetividade da rede de atenção à saúde e à assistência social à pessoa idosa na expressão de usuários e gestores – o caso de Boa Vista RR. **Textos & Contextos**, v. 10, n. 2, p. 356 - 370. 2011.

FALKEMBACH, Elza. M. F. Diário de Campo: um instrumento de reflexão. **Contexto e Educação**. Universidade de Ijuí. ano 2. nº 7, julho /set 1987.p. 19-24.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e Políticas públicas**. Estudos Feministas, v. 12, janeiro-abril de 2004, p. 47-71.

FARIAS, Jessyca Iasmim de Souza; CARDOSO, Fernando da Silva. JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E QUESTÕES DE GÊNERO: PROCESSOS DE VIOLÊNCIA E A NEGAÇÃO DA CONDIÇÃO FEMININA NO BRASIL. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, v. 17, n. 32, p. 111-126. 2017. Disponível em: <http://saber.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/17497/11667>. Acesso em: março, 2019.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. [S.l.]: Editora Atlas SA, 2008.

GODINHO, Tatau. A Ação Feminista Diante do Estado: as mulheres e a elaboração de políticas públicas. *In: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria L.; NOBRE, Miriam (Org.). Gênero nas Políticas Públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista*. São Paulo: SOF, 2000. p. 26-37.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Lei Nº 14.672, de 1º de janeiro 2015. **Sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, RS, jan 2015.

GOODMAN, Leo A. Snowball sampling. **The annals of mathematical statistics**, vol. 32, n. 1, p. 148–170, 1961. Disponível em: www.jstor.org/stable/2237615.

GUZMAN, Virgínia. A equidade de gênero como tema de debate e de políticas públicas. *In: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria L.; NOBRE, Miriam. (Org.). Gênero nas Políticas Públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista*. São Paulo: SOF, 2000. p. 63-86.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos pagu**, n. 22, p. 201-246, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/cpa/n22/n22a09.pdf>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/6R1>. Acesso em jan, 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas. **Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/6R1>. Acesso em jan., 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Homicídios Mulheres**. Atlas da Violência. Sistema de Informações sobre Mortalidade. 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/40>. Acesso em: dez, 2018.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 86, p. 93-103, 2010.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. [S.l]: Brasiliense, 2017.

MACHADO, Lia Z. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado: contextos e incertezas. **Cadernos Pagu**, n. 47, p. 5-40, 2016.

MACIEL, Heloisa H. M. Transversalidade e intersectorialidade das Políticas Públicas: Desafio da Gestão Social. In: I Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, 1., 2015. Brasília/DF. **Anais do I ENEPCP**. Brasília: Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas - ANEPCP, 2016. p. 1-13. Disponível em: <http://www.anepcp.org.br/acp/c/Anais>. Acesso em: 16 jan. 2019.

MARTINS, Clitia H. B.; CONTERATTO, Deisi. Violência de gênero e rede de proteção às mulheres no RS. **Carta de Conjuntura Fee**. Ano 25, nº 07. 2016. Disponível em: <http://carta.fee.tche.br/article/violencia-de-genero-e-rede-de-protecao-as-mulheres-no-rs/>

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I: O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Boi tempo, 2013.

MIGUEL, Luís. F.; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa**. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. [S.l.]: Editora Vozes Limitada, 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Resolução N° 510/2016. **Diretrizes e Normas Reguladoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos em Ciências Humanas e**

Sociais. Decreto nº 93.933 de 12 de novembro de 1991. Conselho Nacional de Saúde. DOU nº 98, seção 1, p. 44-46. 2016.

MORENO, Renata Faleiros C. Ameaças do avanço neoliberal e conservador sobre a vida das mulheres. *In: 5º Encontro Internacional de Política Social e 12º Encontro Nacional de Política Social.* 2017. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social.** Vitória: UFES, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/16556/11412>. Acesso em: mar., 2019.

NAVARRO-SWAIN, Tania. O patriarcado rides again. *In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane; ZANELLO, Valeska; SILVA, Edlene; PORTELA, Cristiane.* (Org.). **Mulheres e violências: interseccionalidades.** Brasília: Technopolitik, 2017.

NEGRÃO, Tania. Nós e rupturas da rede de apoio às mulheres. *In: STREY, Marlene. N.; AZAMBUJA, Mariana P. R.; JAEGER, Fernanda. P.* (Org.) **Violência, Gênero e Políticas públicas.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 215-258.

OLIVEIRA, Isabel Fernandes de; AMORIM, Keyla Mafalda de Oliveira. Psicologia e política social: o trato da pobreza como “sujeito psicológico”. **Psicologia Argumento**, v. 30, n. 70, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Conference on Women. **Report of the Fourth World.** Beijing, 4-15 de setembro de 1995. Nova York: ONU, 1996. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/Beijing%20full%20report%20E.pdf>. Acesso em: fev., 2019.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Convenção Belém do Pará. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.** 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm. Acesso em: out, 2017.

PAPA, Fernanda de Carvalho; FARAH, Marta Ferreira Santos. **TRANSVERSALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NO BRASIL: PERCURSOS DE UMA PRÉ-POLÍTICA.** 2012. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Administração Pública e Governo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9850>. Acesso em: 08 fev. 2019.

PEREIRA, Maria E. R.; TASSIGNY, Mônica. M.; BIZZARIA, Fabiana P. A. Terceirização e Precarização do Trabalho na Política Pública de Assistência Social. **Rev. Administração Pública e Gestão Social**, v.9, n. 3, p. 171-183, 2017.

PEREIRA, Potyara A. P. A intersectorialidade das políticas sociais numa perspectiva dialética. *In: PEREIRA, Potyara. A. P.* (Org.). **Política social: temas e questões.** São Paulo: Cortez, p. 1-22, 2008.

PISCITELLI, Adriana. **Gênero: a história de um conceito.** Diferenças, igualdade. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, p. 118-146, 2009.

PRÁ, Jussara. R. Políticas Públicas de gênero e governabilidade. *In: Políticas para a mulher. Relatório da Gestão 1999-2002 do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher.* Brasília/DF, 2002.

QUIRINO, Raquel. Divisão sexual do trabalho, gênero, relações de gênero e relações sociais de sexo: aproximações teórico-conceituais em uma perspectiva marxista. **Trabalho & Educação**, v. 24, n. 2, p. 229-246, 2015.

RABELO, Adriana F. Enfrentamento à Violência de gênero, ética e práxis: uma triangulação concreta à emancipação humana. *In: VII Jornada Internacional Políticas Públicas - Para além da Crise Global: Experiências e antecipações concretas.* Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2015.

RODRIGUES, Mônica Luiz; DOS SANTOS, Anita Leocadia Pereira. FORMAÇÃO DE OFICIAIS NA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: UMA ANÁLISE DE GÊNERO. *In: Fazendo Gênero 10 - Desafios Atuais dos Feminismos.* Florianópolis/SC. **Anais do Fazendo Gênero.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wvc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1382028770_ARQUIVO_FAZENDOGENERO2013FORMULARIOARTIGOCOMPLETOENVIO.pdf. Acesso em: Março, 2019.

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex. *In: REITER, Rayna Rapp. (Org.) Toward an Anthropology of Women.* New York: Monthly Review, 1975.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100007&lng=en&nrm=iso

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero patriarcado violência.** 2ed. São Paulo: Expressão Popular - Fundação Perseu Abramo, 2015. 160p.

SERRA, Albert. La gestión transversal: expectativas y resultados. **Revista del CLAD Reforma y Democracia.** n. 32. 2005. Disponível em: <http://old.clad.org/portal/publicaciones-del-clad/revista-clad-reforma-democracia/articulos/032-junio-2005/0049633>. Acesso em: abril, 2019.

SILVA, Ermildes. L. Transversalidade de gênero e intersetorialidade: Estratégias de enfrentamento à violência contra as mulheres. *In: 4º Encontro Internacional de Política Social 11º Encontro Nacional de Política Social.* Vitória/ES. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v.1, n.1. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/EINPS>. Acesso em: jan., 2019.

SILVA, Tatiana Dias. Gestão da transversalidade em políticas públicas. **Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD).** Rio de Janeiro, v. 131, 2011. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APB2041.pdf>. Acesso em: abril, 2019.

SOSA, Marcelo G. A violência de gênero no Brasil: o caso dos crimes passionais. **Revista eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 7, n. 1, p. 21-32, 2012.

TELLES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Revista Temáticas**, Campinas, v. 22, n.44, p. 203-220, 2014.

WAISELFISZ, Julio J. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. 1 ed. Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 15 mai. 2017.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime.; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Rev. Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.26, n.spe., p. 9-24, 2010.

YAMAMOTO, Oswaldo H. Questão social e políticas públicas: Revendo o compromisso da Psicologia. In: BOCK, Ana Mercês Bahia (Org.). **Psicologia e compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003, p.37-54.

YOUNG, Iris. Beyond the unhappy marriage: a critique of the dual systems theory. In: SARGENT, L. (Org.) **Women and revolution: A discussion of the unhappy marriage of Marxism and feminism**, p. 43-69, 1981.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Dados sociodemográficos:

Sobre trajetória profissional

- 1- Qual sua área de formação?
- 2- Como foi que você começou a trabalhar com mulheres em situação de violência?
- 3- Há quanto tempo trabalha com isso?
- 4- Conseguiria apontar algumas Disciplinas/ temáticas/ experiências (pesquisa, extensão, eventos) que contribuíram para a sua atuação com mulheres em situação de violência?
- 5- Você considera que sua formação ofereceu ferramentas suficientes e satisfatórias para realizar seu trabalho?
- 6- Fale um pouco de sua trajetória profissional, antes de iniciar seu trabalho com o tema violência contra a mulher, que outros trabalhos realizou / realiza?

Sobre o serviço/ rede

- 1- Qual serviço você consideraria como a porta de entrada para a rede?
- 2- Como você descreveria o acolhimento que é feito com essas mulheres quando elas chegam até o serviço?
- 3- É feito algum encaminhamento após o acolhimento? Como esse encaminhamento é realizado?
- 4- Que tipo de encaminhamento você avalia que ocorre com mais frequência?
- 5- Qual é a demanda atual do serviço? Quantos atendimentos são realizados semanalmente?
- 6- Já houve alguma situação que tenha ocorrido um encaminhamento que você tenha considerado inusitado/diferente?
- 7- Houve situações em que não foi possível realizar o encaminhamento?
- 8- Poderia me citar um exemplo de uma situação em que você considera que houve uma efetividade no serviço? Por quê?
- 9- E uma em que não houve efetividade? Por quê?
- 10- Quais os aspectos que você considera positivos no seu trabalho?
- 11- Quais as principais dificuldades do seu trabalho?
- 12- Você consegue pensar em estratégias para enfrentar as dificuldades que encontra?

Que outros sujeitos você consideraria de importância nessa estrutura de enfrentamento aqui na cidade que poderiam ajudar a dar continuidade a essa pesquisa/ mapeamento?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do Projeto: Mapeando redes, diversificando olhares: Construções e perspectivas sobre a rede de enfrentamento a violência contra a mulher em Santa Maria

Pesquisadoras Responsáveis: Profa. Dra. Samara Silva dos Santos e mestrandia Letícia Bortolotto Flores.

Endereço de armazenamento de dados: Av. Roraima, 1000 Prédio 74B, 3º S - 3210 - Camobi

Prezado participante,

Estamos realizando uma pesquisa que tem por objetivo analisar o papel dos serviços constituintes da rede de Enfrentamento à Violência Contra Mulher no município de Santa Maria.

Sua participação na pesquisa ocorrerá por meio da realização de entrevistas semiestruturadas. As entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas para análise qualitativa. As identidades dos participantes serão mantidas em sigilo e as informações serão utilizadas para fins de pesquisa, sem identificação do nome dos participantes. Os participantes poderão solicitar esclarecimentos sobre os procedimentos e outros assuntos relacionados com a pesquisa, podendo interromper sua participação a qualquer momento, sem que isso lhe traga prejuízo.

Sempre que achar necessário, você poderá solicitar esclarecimentos sobre aspectos da pesquisa, sendo também possível desistir de sua participação em qualquer etapa do trabalho, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo. Este documento será assinado em duas vias, uma permanecerá com você e a outra ficará com as pesquisadoras. Caso sejam identificadas situações, durante a realização das entrevistas, de desconforto psicológico, a pesquisadora responsabilizar-se-á por avaliar a situação e, se houver necessidade de acolhimento psicológico, haverá encaminhamento para atendimento na Clínica de Estudos e Intervenções em Psicologia (CEIP). Os benefícios para as(os) participantes poderão decorrer da disponibilidade de escuta oferecida pela pesquisadora e pela reflexão oportunizada no momento da realização das entrevistas e da observação. Todo material dessa pesquisa será mantido em sigilo no Departamento de Psicologia da UFSM, sendo destruído após cinco anos da realização das entrevistas.

Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelas pesquisadoras. Fica, também, garantida indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Agradecemos a colaboração dos participantes na realização dessa atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais com a pesquisadora-orientadora do projeto, Prof.^a Dr.^a Samara Silva dos Santos e a pesquisadora Letícia Bortolotto Flores que podem ser contatadas pelo telefone: (55) 32209304. Os contatos do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM são: Av. Roraima, 1000 – Prédio da Reitoria – 7º andar – sala 702 – Camobi – Santa Maria – telefone (55) 32209362.

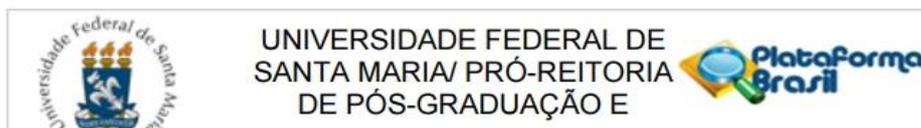
Autorização

Eu, _____, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

Data: ____ / ____ / ____.

Assinatura do Participante.

ANEXO A - CARTA DE APROVAÇÃO DO PROJETO NO COMITÊ DE ÉTICA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MAPEANDO REDES, DIVERSIFICANDO OLHARES: CONSTRUÇÕES E PERSPECTIVAS SOBRE A REDE DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM SANTA MARIA.

Pesquisador: Samara Silva dos Santos

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 79995117.3.0000.5346

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Maria/ Pró-Reitoria de Pós-Graduação e

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.536.558

Apresentação do Projeto:

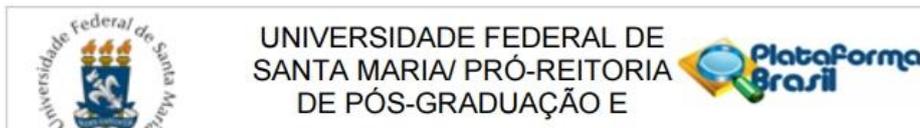
O projeto de dissertação analisado, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria, intitula-se "Mapeando redes, diversificando olhares: construções e perspectivas sobre a rede de enfrentamento a violência contra a mulher em Santa Maria".

Referido projeto busca o enfrentamento da problemática "Quais são e como funcionam os serviços constituintes da rede de Enfrentamento à Violência Contra Mulher no município de Santa Maria?".

A pesquisa, que será realizada no município de Santa Maria/RS, embasa-se na metodologia exploratória qualitativa. Pretende, inicialmente, "identificar a rede de referência de profissionais que trabalham diretamente com o fenômeno da violência contra a mulher, sendo essa rede construída a partir de indicações apontadas pelos relatos obtidos em entrevistas semiestruturadas." Posteriormente, a "elaboração de um mapeamento, identificando os serviços que compõem a Rede de Enfrentamento à Violência Contra Mulher do município de Santa Maria."

Os participantes da amostra "serão pessoas que desempenham diversos papéis de importância em

Endereço: Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 2º andar
Bairro: Camobi **CEP:** 97.105-970
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3220-9362 **E-mail:** cep.ufsm@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.536.558

relação à temática da violência contra a mulher na cidade. Para dar início à amostra, será feita a escolha, por conveniência, de uma participante, que será a informante-chave (semente) e dará início às entrevistas. Para melhor explicar o acesso aos participantes, será utilizada a metodologia Bola de Neve." O processo de seleção dos participantes "pode ser finalizado a partir do critério da existência de um ponto de saturação. A saturação será dada quando não houverem novos nomes a serem oferecidos ou os nomes encontrados não trarão informações novas relevantes ao quadro de análise."

Os participantes responderão a uma entrevista semi-estruturada apresentada em apêndice ao projeto. A pesquisadora também utilizará o instrumento diário de campo a fim de registrar as observações "dos fatos concretos, acontecimentos, relações verificadas, experiências pessoais da pesquisadora, suas reflexões e comentários. Será utilizado como uma forma de facilitar o registro das observações, possibilitando descrever e refletir com atenção os acontecimentos do ambiente de pesquisa."

O projeto apresenta justificativa, revisão de literatura, cronograma, orçamento e a descrição dos cuidados éticos.

Objetivo da Pesquisa:

Mapear e compreender o papel dos serviços constituintes da rede de Enfrentamento à Violência Contra Mulher no município de Santa Maria.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A descrição de riscos e benefícios foi apresentada de modo suficiente.

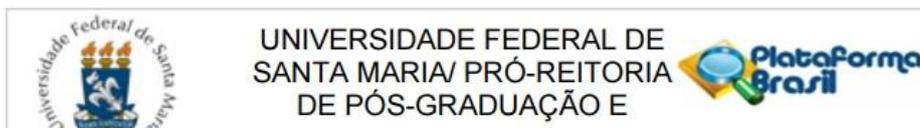
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados de modo suficiente.

Endereço: Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 2º andar
 Bairro: Camobi CEP: 97.105-970
 UF: RS Município: SANTA MARIA
 Telefone: (55)3220-9362 E-mail: cep.ufsm@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.536.558

Recomendações:

Veja no site do CEP - <http://w3.ufsm.br/nucleodecomites/index.php/cep> - na aba "orientações gerais", modelos e orientações para apresentação dos documentos. ACOMPANHE AS ORIENTAÇÕES DISPONÍVEIS, EVITE PENDÊNCIAS E AGILIZE A TRAMITAÇÃO DO SEU PROJETO.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

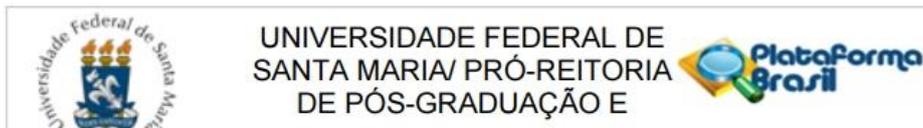
.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1014754.pdf	07/03/2018 15:41:25		Aceito
Outros	Carta_ceip.pdf	28/02/2018 13:58:45	Samara Silva dos Santos	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_28_02_2018.doc	28/02/2018 13:57:20	Samara Silva dos Santos	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	01/02/2018 11:21:44	Samara Silva dos Santos	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.doc	01/02/2018 11:21:18	Samara Silva dos Santos	Aceito
Outros	assinadoMauri.jpg	31/10/2017 16:07:34	LETICIA BORTOLOTTI FLORES	Aceito
Outros	termo_de_confidencialidade_assinado.pdf	25/10/2017 20:23:31	LETICIA BORTOLOTTI FLORES	Aceito
Outros	projeto_58764_Geaic.pdf	21/10/2017 12:49:29	LETICIA BORTOLOTTI FLORES	Aceito
Orçamento	ORcAMENTO.docx	21/10/2017 12:42:50	LETICIA BORTOLOTTI FLORES	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	21/10/2017	LETICIA	Aceito

Endereço: Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 2º andar
 Bairro: Camobi CEP: 97.105-970
 UF: RS Município: SANTA MARIA
 Telefone: (55)3220-9362 E-mail: cep.ufsm@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA MARIA/ PRÓ-REITORIA
DE PÓS-GRADUAÇÃO E

Continuação do Parecer: 2.536.558

Cronograma	CRONOGRAMA.docx	12:42:21	BORTOLOTTO FLORES	Aceito
Folha de Rosto	digitalizar0008.doc	21/10/2017 12:35:35	LETICIA BORTOLOTTO FLORES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTA MARIA, 10 de Março de 2018

Assinado por:
CLAUDEMIR DE QUADROS
(Coordenador)

Endereço: Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 2º andar
Bairro: Camobi **CEP:** 97.105-970
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3220-9362 **E-mail:** cep.ufsm@gmail.com

ANEXO B – TERMO DE APOIO A PESQUISA CEIP

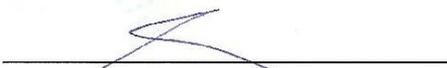


Ministério da Educação
 Universidade Federal de Santa Maria
 Centro de Ciências Sociais e Humanas
 Curso de Psicologia
 Clínica de Estudos e Intervenções em Psicologia – CEIP



TERMO DE APOIO À PESQUISA

A Clínica de Estudos e Intervenções em Psicologia (CEIP), vinculada ao curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), manifesta o seu apoio ao projeto “MAPEANDO REDES, DIVERSIFICANDO OLHARES: CONSTRUÇÕES E PERSPECTIVAS SOBRE A REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM SANTA MARIA” desenvolvido pela mestrandia Letícia Bortolotto Flores e sua orientadora, Prof^a. Dr^a. Samara Silva dos Santos, através da disponibilidade de atendimento psicológico aos participantes de suas atividades, mediante a sua inscrição nos períodos de abertura de vagas para atendimento na CEIP.


 Dr^a. Amanda Schreiner Pereira

Coordenadora e Psicóloga da CEIP

*Psic. Amanda Schreiner Pereira
 Coordenadora Técnica / CEIP
 CRP 07111982*

Clínica de Estudos e Intervenções em Psicologia – CEIP
 Av. Roraima 1000, Cidade Universitária, Prédio 74-B, térreo.
 Bairro Camobi, Santa Maria – RS. CEP 97105-900.
 Telefone: (55) 3220-9229. E-mail: ufsmceip@gmail.com